

UNI-FACEF CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA

RAFAEL DA SILVA CINTRA

DESIGUALDADE SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

FRANCA

2015

RAFAEL DA SILVA CINTRA

DESIGUALDADE SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

Monografia apresentada ao Uni-FACEF
Centro Universitário de Franca para
obtenção do título de bacharel em
Ciências Econômicas

Orientadora: Prof.^aDr^a Ana Tereza Jacinto
Teixeira

FRANCA

2015

RAFAEL DA SILVA CINTRA

DESIGUALDADE SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

Monografia apresentada ao Uni-FACEF
Centro Universitário de Franca para
obtenção do título de bacharel em
Ciências Econômicas

Franca, 06 de setembro de 2015

Orientadora: _____

Nome: Prof. Ana Tereza Jacinto Teixeira

Instituição: Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

Examinador(a): _____

Nome: Prof. Carlos Bruno Bettarello

Instituição: Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

Examinador(a): _____

Nome: Prof. Pedro Henrique Nascimento

Instituição: Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

Dedico este trabalho aos meus pais, Maria Aparecida Silva Cintra e João Donizete Cintra, minha esposa Vanessa do Prado Cintra, meu irmão Douglas da Silva Cintra, meu afilhado Davi Lucas, amigos, professores e familiares pela dedicação, apoio, compreensão e, sobretudo pela fé depositada em mim durante todos esses anos de vida acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

- A Deus por tudo o que tem me proporcionado alcançar nesta vida.
- Aos meus pais pelo enorme incentivo, amigos, parentes e familiares;
- A minha orientadora, a Prof^a. Dr^a Ana Tereza Jacinto Teixeira, por acreditar e apoiar durante todo o desenvolvimento deste projeto.
- Aos meus colegas dessa turma, por todos os momentos que passamos juntos, desde os momentos difíceis, em que tivemos que apoiar uns aos outros para não desanimarmos, até os momentos alegres, os quais fizemos questão de compartilhar.
- Aos meus amigos, em especial Rafael Felice, Breno Rezende, Lucas Locher, Ana Paula Berigo e Pedro Henrique Zelig por me apoiarem nessa jornada.

A Distribuição de renda é um importante aspecto da mensuração da desigualdade Econômica e da pobreza. Se as pessoas tivessem a altura proporcional ao rendimento, o Brasil seria um país de anões.

Rodolfo Hoffman (2006)

RESUMO

A desigualdade social, também chamada de desigualdade econômica, é um problema visto em quase todos os países do mundo decorrente a falta de investimentos na área social e pela má distribuição de renda. O Brasil é um exemplo importante para se estudar a desigualdade social e a pobreza, porque o país possui uma grande parte da população pobre da América Latina, apresentando um grande potencial para erradicar a pobreza, devido ao alto PIB per capita combinado com o alto grau de desigualdade da renda gerando condições favoráveis para a formulação de políticas públicas sociais redistributivas. O índice de Gini é um dos principais métodos usados no mundo para medir a desigualdade de renda, em que calcula-se de 0 a 1 (0 seria a perfeita igualdade e 1 a total desigualdade). Nas últimas décadas o Brasil tem se esforçado para combater essas desigualdades e tentar reverter essa situação, deixando de ser um dos países mais desiguais. Nos últimos tempos o Brasil conseguiu reduzir de uma forma expressiva o número de pessoas extremamente pobres, e também seu índice de Gini devido à políticas públicas e sociais implantadas no governo Lula, em que seu plano de governo era construir um país com menos desigualdades.

Palavras-chave: Desigualdade Social. Renda. Pobreza. Índice de Gini

ABSTRACT

Social inequality is also called economic inequality, this problem is found in almost every country in the world due to the lack of social investment and poor income distribution. Brazil is an important case to study social inequality and poverty, because our country has a large proportion of the poor in Latin America, with a great potential to eradicate poverty, due to the high GDP per capita combined with the high degree inequality of income generating favorable conditions for the development of redistributive social policies. The Gini index is one of the principal methods used worldwide to measure income inequality, which will 0-1 (0 would be perfect equality and 1 total inequality). In recent decades, Brazil has been struggling to combat these inequalities and try to reverse this situation and not be one of the most unequal countries. Lately Brazil has managed to reduce to a high degree the number of extremely poor people, and also its Gini index, that due to public and social policies implemented by the Lula government, which his government plan was to build a country with less inequality.

Keywords: Social inequality. Income. Poverty. Gini index

RESUMEN

La desigualdad social también se llama desigualdad económica, este problema se encuentra en casi todos los países del mundo, debido a la falta de inversión social y la mala distribución del ingreso. Brasil es un caso importante para estudiar la desigualdad social y la pobreza, ya que nuestro país tiene una gran proporción de los pobres en América Latina, con un gran potencial para erradicar la pobreza, debido al alto PIB per cápita combinado con el alto grado de desigualdad de generación de ingresos de condiciones favorables para el desarrollo de políticas sociales redistributivas. El índice de Gini es uno de los principales métodos utilizados en todo el mundo para medir la desigualdad en los ingresos, que será de 0-1 (0 serían perfecta igualdad y 1 la desigualdad total). En las últimas décadas, Brasil ha estado luchando para combatir estas desigualdades y tratar de revertir esta situación y no ser uno de los países más desiguales. Últimamente Brasil ha logrado reducir en gran medida el número de personas en extrema pobreza, así como su índice de Gini, que debido a las políticas públicas y sociales implementadas por el gobierno de Lula, que su plan de gobierno fue la de construir un país con menos desigualdad.

Palabras clave: Desigualdad social. Los ingresos. La pobreza. el Índice de Gini

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Desigualdade brasileira: foto e filme do mundo, onde está o Brasil comparado aos Estados Unidos, Brics e ao mundo.....	22
Figura 2- Desigualdade mundial 1950-2009.....	23
Figura 3 Resposta da pobreza ao crescimento econômico.....	24
Figura 4- Indicadores sociais selecionados para o Brasil e regiões, 2001.....	25
Figura 5- Curva de Lorenz.....	27
Figura 6- Bolsa Familia- famílias atendidas e pagamentos de benefícios.....	64
Figura 7- Evolução dos investimentos em habitação.....	66

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Índice de Gini não ponderado para América Latina (21 países)	31
Gráfico 2- Variações do índice de Gini não ponderado para América Latina (17 países) entre 2000 e 2007	32
Gráfico 3- Evolução da taxa de desocupação no Brasil (%)	36
Gráfico 4- Taxa de desocupação por sexo, 2012 e 2013 (%)	37
Gráfico 5- Rendimentos médio mensal real de todos os trabalhos (R\$)	38
Gráfico 6- Rendimento médio mensal real de todas as fontes	38
Gráfico 7- Rendimento médio mensal domiciliar	39
Gráfico 8- Rendimento médio mensal real de trabalho (R\$) por região	39
Gráfico 9- Posse de alguns bens duráveis – Brasil (%)	40
Gráfico 10- Acesso a alguns serviços – Brasil (%)	41
Gráfico 11- Percentual de pessoas que utilizam a internet (10 anos ou mais de idade)	42
Gráfico 12- Taxa de analfabetismo – 15 anos ou mais de idade (%)	43
Gráfico 13- Taxa de escolarização por região (%)	44
Gráfico 14- Evolução da taxa de escolarização (%)	44
Gráfico 15- Taxa de escolarização por região (%)	45
Gráfico 16- Estudantes de 4 anos ou mais de idade atendidos pela rede pública de ensino (%)	46
Gráfico 17- Nível de ocupação (%)	46
Gráfico 18- Distribuição dos empregos, por setor público e privado e existência de carteira – Brasil (%)	47

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Agenda Social do Governo Federal	58
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Índice de Gini do Brasil.....	33
Tabela 2 – Número de pessoas extremamente pobres no Brasil.....	34
Tabela 3 – Índice de Theil.....	35
Tabela 4 – Média anual, renda individual da população.....	48
Tabela 5 – Média anual , renda percapita referente ao nível de escolaridade.....	48
Tabela 6 – Média anual, renda individual da população.....	49
Tabela 7 – Reajuste do salário mínimo – 2003 / 2010.....	60

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. O QUE É DESIGUALDADE SOCIAL.....	17
1.1 Causas das desigualdades sociais.....	19
1.1.1 Consequências da Desigualdade	20
1.1.2 Tipos de desigualdade.....	21
1.2 DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL.....	22
2. COEFICIENTE DE GINI E A CURVA DE LORENZ	29
2.1 - A QUEDA DAS DESIGUALDADES DE RENDA E DE POBREZA NO BRASIL	31
2.2 PANORAMA DE EVOLUÇÃO DAS CLASSES ECONÔMICAS	51
3. REFORMAS ESTRUTURAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	53
3.1 EDUCAÇÃO: FATOR CHAVE	57
3.2 GOVERNO LULA	60
CONCLUSÃO	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	70
REFERENCIAL ELETRÔNICO.....	72

INTRODUÇÃO

Desigualdade social que muitas vezes também é chamada de desigualdade econômica é um problema presente em quase todos os países do mundo decorrente da falta de investimentos, principalmente na área social.

A pobreza e a má distribuição da renda são problemas estruturais da sociedade brasileira marcada por um processo de exploração desde o período colônial, onde resultou que o Brasil viesse a ser um dos países mais desiguais possuindo uma grande parte da população pobre da América Latina.

A inserção da população de baixa renda nos processos produtivos irá promover crescimento econômico, maiores rendas implicarão em maior demanda por bens de consumo que por sua vez aumentará o fluxo de investimentos.

Os índices sociais e econômicos analisados na última década de 2000 até 2013 demonstraram que houve melhoras expressivas nas desigualdades sociais de renda e pobreza.

Esses índices por outro lado não são motivo de comemoração, pois ainda há milhares de famílias que vivem abaixo da linha da extrema pobreza, crianças e jovens são encontrados fora da escola, o desemprego e a informalidade de trabalho ainda são expressivos, as condições de vida e oportunidades de desenvolvimento humano ainda são precárias.

Apesar de vencidos alguns índices como a mortalidade infantil, a sociedade se vê diante da criminalidade e violência com a grande taxa de homicídios, principalmente entre os jovens.

Em relação a um futuro melhor, pode-se ver que políticas públicas precisam ser voltadas para a educação, fator esse que foi considerado a única salvação de uma nação.

Este trabalho foi composto por três partes: no primeiro capítulo o objetivo é demonstrar o que é desigualdade social, que muitas das vezes também é chamada de desigualdade econômica, assim abordar-se as causas das

desigualdades sociais decorrente da falta desses investimentos, as consequências geradas através dessas desigualdades e alguns tipos de desigualdades existentes.

O Brasil por ser um dos países mais desiguais, é um belo caso a se estudar, porque ao mesmo tempo apresenta um grande potencial para erradicar a pobreza. O relativamente alto PIB per capita brasileiro, combinado com o alto grau de desigualdade da renda, gera condições favoráveis para a formulação de políticas públicas sociais e redistributivas.

No segundo capítulo, baseado em dados estatísticos divulgados pelo governo, presencia-se a redução da desigualdade e pobreza no Brasil através de uma análise de dados, tabelas e gráficos coletados em fontes como IBGE, FGV, IPEA, PNAD e PNUD no período de 2000 a 2013, o Índice de Gini do Brasil e a redução do número de pessoas extremamente pobres no país. O panorama de evolução das classes econômicas brasileira (A, B, C, D e E).

O terceiro capítulo foi baseado em reformas públicas estruturais e políticas sociais, com o intuito de erradicar as desigualdades, priorizando a educação como sendo o fator chave para a salvação de uma nação e o combate à redução da exclusão social. Políticas públicas e sociais que foram de extrema importância ao combate das desigualdades e pobreza no governo Lula.

Os métodos utilizados para o desenvolvimento desta monografia serão feitos através de pesquisas de referências bibliográficas, de textos e notícias extraídos de sites ligados ao tema a ser discutido, análise de artigos e revistas.

1. O QUE É DESIGUALDADE SOCIAL

A desigualdade social muitas vezes também é chamada de diversidade econômica, essa parcialidade é um problema social presente em quase todos os países do mundo, decorrente da falta de investimentos, principalmente na área social, e pela má distribuição de renda . Porém esse fenômeno tende a ser de país para país, onde pode haver uma desigualdade social de grande, média ou baixa proporção.

Segundo Alvez Pena:

A Desigualdade Social é o fenômeno em que ocorre a diferenciação entre pessoa no contexto de uma mesma sociedade, colocando alguns indivíduos em condições estruturalmente mais vantajosas do que outros. Ela manifesta-se em todos os aspectos: cultural, cotidiano, política, espaço geográfico e muitos outros, mas é no plano econômico a sua face mais conhecida, em que boa parte da população não dispõe de renda suficiente para gozar de mínimas condições devida (ALVEZ.PENA,2015).

Em uma visão geral, a desigualdade social ocorre nos países chamados subdesenvolvidos ou não desenvolvidos, mediante a falta de uma educação de qualidade, de acesso aos bens de serviços e culturais , de melhores oportunidades no mercado de trabalho decorrente à falta de investimentos governamentais, ou por vezes investimentos mal aplicados.

Segundo Alvez Pena:

(...) Desigualdade é um fenômeno que tende a sempre se intensificar no contexto social. As Famílias mais pobres possuem um menor acesso á instrução e ás informações necessárias para alavancar um desenvolvimento próprio, multiplicando sua renda e os largos benefícios advindos dela (ALVEZ PENA,2015).

Em outras palavras, a maioria das pessoas ficam a mercê de uma minoria que detêm a maior parte dos recursos existentes, o que gera as desigualdades, mais conhecidos como ricos e pobres, vistos e encontrados em qualquer lugar do mundo, e esta concentração de recursos na mão de poucas pessoas tende sempre aumentar no decorrer dos anos, em que os ricos sempre ficam mais ricos e os pobres cada vez mais pobres.

Segundo o Banco Mundial:

Para o Banco Mundial (1990,p.27) a pobreza define-se como a “incapacidade de atingir um padrão de vida mínimo”. O que se pode entender sobre “padrão de vida mínimo”, ainda de acordo com o Banco Mundial é a análise do consumo por meio de uma predeterminação de necessidades consideradas básicas que possibilitem a interação do indivíduo na sociedade.

Como já mencionado pelo Banco Mundial, a pobreza é definida pela incapacidade do indivíduo, ou ser humano de obter recursos básicos, para se manter e viver uma vida digna, onde ele possa ter acesso tanto aos bens de consumo como aos de serviços sociais ali oferecidos naquela determinada sociedade onde vive e ter condições dignas e mínimas para sua sobrevivência.

Segundo Hoffmann:

são considerados pobres todas as pessoas cuja renda for igual ou menor do que um valor pré-estabelecido denominado linha de pobreza. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) estabelece “a linha da pobreza como sendo igual ao dobro da linha de indigência”(HOFFMANN,1998,p.217).

A linha da indigência ou extrema pobreza é calculada e determinada sobre o valor da aquisição de uma cesta básica que englobe o mínimo de uma alimentação necessária para o ser humano, atendendo suas necessidades mínimas e básicas de sobrevivência.

(...)ainda ressaltou que não há um parâmetro específico para definir se uma família ou indivíduo, está em situação de pobreza . Isso ocorre porque é de acordo com o nível de renda do indivíduo tais como acesso a serviços de saúde , educação alimentação e lazer (HOFFMANN,1998,p.217)

Conforme o que foi mencionado por Hoffmann, ainda não existe um parâmetro específico onde determina se uma pessoa ou família vive em situação de pobreza, tendo em vista que isso variaria muito, teria que se estudar ao fundo caso a caso, verificar as condições de vida , dessas determinadas famílias, verificar se eles obtêm acessos à rede de saúde, educação, uma alimentação digna, e lazer, para só depois determinar e pré-estabelecer se esses indivíduos se encontram nesse quadro da pobreza ou não.

1.1 CAUSAS DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

As causas das desigualdades sociais podem ser vistas com frequência, a olhos nús, sendo que para isto não é preciso ter algum grau de estudo superior para indentificar essas causas, que tanto assombram as nações, pois a maioria dos seres humanos convivem (ou já conviveram) com algum tipo dessas desigualdades sociais no seu dia há dia.

Cometam Gacitúa e Woolcock:

Durante a última década, o conceito e a definição de pobreza tornaram-se cada vez mais complexos e abrangentes, estendendo-se além da noção restrita de pobreza definida pela renda (Middleton et alii, 2001). O ganhador do Prêmio Nobel, Amartya sen (1999), tem enfatizado que é necessário ver a pobreza como a privação de capacidades básicas, em vez de meramente como precariedade de renda. A pobreza tem de ser considerada uma condição caracterizada por penúria, vulnerabilidade, exclusão e falta do poder necessário para alcançar padrões de vida adequados e garantir outros direitos. (Marió-Gacitúa e Woolcock,2005,p.11)

Algumas dessas causas da desigualdade são:

- . Falta de investimento nas áreas sociais, culturais, saúde e educação;
- . Má administração dos recursos;
- . Falta de oportunidades de emprego;
- . Má Distribuição de renda;
- . Lógica do mercado capitalista (consumo mais valia);
- . Corrupção.

Atualmente ainda existe uma forte discriminação social, racial, uma forte centralização de poder aquisitivo, mesmo que ao longo dos anos tenha tido uma queda relativa de forma expressiva, mas ainda é um grade fator que prejudica o desenvolvimento, tanto social quanto econômico de um país.

1.1.1 CONSEQUÊNCIAS DA DESIGUALDADE

As causas da desigualdade social por sua vez levam a consequências bem sérias e um pouco aterrorizantes sendo que em pleno século XXI essas consequências são mais visíveis em países mais pobres como os da África e muitas vezes nada é feito a respeito.

Para Marió-Gacitúa e Woolcock:

Os países diferem em termos de inúmeras dimensões econômicas e social, mas duas das mais decisivas para caracterizá-los são os graus de desigualdade e de mobilidade, dado que, tanto individual quanto conjuntamente, essas dimensões afetam profundamente as oportunidades dos cidadãos no curto prazo e também suas perspectivas no longo prazo. A maior parte das pesquisas empíricas anteriores centrou-se na desigualdades, argumentando corretamente que, quando em níveis muito altos, ela age como um impedimento ao crescimento (resultado na alocação ineficiente de recursos) e, ao mesmo tempo, mina a percepção de que os cidadãos estão fazendo um investimento coletivo no futuro de sua sociedade. Por exemplo, onde os ricos habitam um “universo moral” à parte- tendo a capacidade de comprar privadamente sua própria educação, seus serviços de saúde, transporte e segurança (enquanto todos os demais têm de se haver com serviços públicos precários e sem financiamentos adequados)(MARIÓ e WOOLCOK,2005,p.11)

Algumas das consequências geradas da desigualdade são:

- . Aumento dos índices de violência e criminalidade;
- . Pobreza e miséria;
- . Atraso no progresso da economia do país;
- . Fome, desnutrição e mortalidade infantil;
- . Marginalização de jovens da sociedade;
- . Aumento das taxas de desemprego;
- . Diferentes classes sociais;
- . Marginalização de jovens da sociedade.

Percebe-se , através de pesquisas, estudos e levantamentos feitos por órgãos competentes que países onde a desigualdade social é muito elevada, também registram índices igualmente elevados de outros fatores negativos, tais como: violência, desemprego, criminalidade, desigualdade racial, guerras, educação

precária, falta de acesso a serviços públicos de qualidade, diferenciação de tratamento entre ricos e pobres, entre outros.

1.1.2 TIPOS DE DESIGUALDADE

As dinâmicas sociais atuais voltaram a dar foco e grande visibilidade às desigualdades, recolocando-as sob intensa atenção pública e analítica. A produção e disponibilização de indicadores a esse respeito tem vindo a multiplicar-se, acompanhada por um número rapidamente crescente de estudos e pesquisas sobre diversos aspectos das desigualdades.

Alguns tipos de desigualdades apontados são:

- . Desigualdade regional: desigualdade entre regiões, cidades e estados;
- . Desigualdade racial: desigualdade entre raças; negro, branco, amarelo, parda;
- . Desigualdade econômica: desigualdade entre a distribuição de renda;
- . Desigualdade de gênero: desigualdade entre os sexos (homens e mulheres).

Essas são algumas entre outras desigualdades encontradas, em um contexto mundial, nem um país está imune a elas, porém ao decorrer dos tempos algumas dessas desigualdades tiveram uma queda de forma expressiva e ainda é um grande problema a se enfrentar .

Segundo Alvez Pena: a “desigualdade social, seja ela intelectual, econômica ou sob qualquer outra forma, materializa-se no espaço social”, ou seja, torna-se visível na composição estrutural das sociedades, seja elas rurais ou urbanas . As cidades e os lugares expressam a diferenciação econômica entre as pessoas, resultante, de questões históricas que submetem cidadãos e até grupos étnicos a contextos de subalternidade. Um exemplo foi o processo de escravidão que até hoje deixa suas marcas no sentido de manter a maior parte da população negra com baixos níveis de renda e educação.

1.2 DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL

O Brasil é um caso importante para se estudar a desigualdade social e a pobreza, porque nosso país possui uma grande parte da população pobre da América Latina, apresentando um grande potencial para erradicar a pobreza. O relativamente alto PIB per capita brasileiro, combinado com o alto grau de desigualdade da renda, gera condições favoráveis para a formulação de políticas públicas sociais e redistributivas.

Esse alto potencial pode ser explicado pela alta sensibilidade dos índices de desigualdade e pobreza e mudanças em certos instrumentos de políticas (por exemplo, mudanças nas taxas de inflação e no salário mínimo). Por outro lado, talvez devido a instabilidades anteriores, o Brasil não tenha avançado muito na implantação de políticas sociais e estruturais de combate à desigualdade e pobreza.

Decorrente da má distribuição de renda, as consequências da desigualdade social no Brasil são observadas na pobreza, na violência, na miséria, no desemprego, na favelização, na desnutrição e na morte infantil e na marginalização. Estudos apontaram o Brasil como o oitavo país com maior índice de desigualdade social e econômica.

De acordo com Camargo:

No Brasil a desigualdade social tem sido um cartão de visita para o mundo, pois é um dos países mais desiguais, segundo dados da ONU, em 2005 o Brasil era a oitava nação mais desigualdo mundo. O índice Gini, que mede a desigualdade de renda divulgou em 2009 que o Brasil caiu de 0,58 para 0,52 (quanto mais próximo de 1 maior desigualdade) porem esta ainda é gritante (CAMARGO,2015).

Segundo dados da ONU, o Brasil vem sendo, ao decorrer dos tempos, um dos países com maior índice de desigualdade, tanto social e econômica, no mundo.

O índice de Gini é um dos principais métodos usados no mundo para medir a desigualdade de renda, onde vai de 0-1, (0 seria a perfeita igualdade e 1 a total desigualdade) apontou que o Brasil ao decorrer dos anos vem reduzindo a sua desigualdade, de uma forma relativa, porém ainda está muito longe de obter uma igualdade significativa, portanto há muito o que se fazer para erradicar a pobreza.

Para Camargo:

Alguns dos pesquisadores que estudam a desigualdade social brasileira atribuem, em parte, a persistente desigualdade brasileira a fatos que remontam ao Brasil colônia, pré 1930, a máquina mediática, em especial a televisiva, produz e reproduz a ideia da desigualdade creditando o “pecado” original como fator primordial desse flagelo social e, assim, por extensão, o senso comum “compra” essa ideia já formatada, ao afirmar que são três os “pilares colônias” que apoiam a desigualdade: a influência ibérica, os padrões de títulos de posse de latifúndios e a escravidão.(CAMARGO,2015).

É evidente que essas variáveis contribuíram relativamente para que a desigualdade brasileira se estendesse por séculos em patamares inaceitáveis. A desigualdade no Brasil tem sido observada nas últimas décadas, não como herança pré-moderna mas sim como decorrência do processo de modernização que tomou o país a partir do início do século XIX.

Com o crescimento econômico, também cresceu a miséria, as desigualdades sociais nas áreas da educação, renda, saúde, o aumento do desemprego, a desnutrição e mortalidade infantis, a baixa escolaridade, a violência, algumas expressões do grau a que chegaram as desigualdades sociais no Brasil, conforme ilustra Hamasaki:

Parte considerável da população brasileira não foi beneficiada com oportunidades que lhes permitissem desenvolver capacidades e liberdades na realização de direitos que são considerados universais, como de ter acesso à educação, à saúde, de ter participação política, de ter um emprego e renda que lhes proteja da fome e da exclusão social (HAMASAKI,2003,p.18-19).

Como mencionado por Hamasaki (2003), uma boa parte da população brasileira não teve ou foi restrita de ter acesso à oportunidades, de capacitação, tornando-se capaz de levar e ter condições de uma vida digna.

Dessa parte da população não beneficiada se encontram jovens vulneráveis, principalmente na classe de baixa renda, sem preparação para a vida e perspectivas de um futuro, sem estudos, e muitos deles não conseguem oportunidades e acabam se tornando marginais ou desocupados, às vezes não porque querem, mas por não sobraem outras alternativas.

Segundo Barros, Henrique e Mendonça:

O estudo realizado por Barros, Henrique e Mendonça demonstrou que o problema da pobreza no Brasil poderia ser explicado, sobretudo, por meio da má distribuição dos recursos existentes e não pela escassez dos mesmo (2000,p.123-142).

Ou seja, os recursos existentes no país são considerados extremamente suficientes para sanar a desigualdade e a pobreza, sendo necessário apenas uma revisão no modo de como eles estão sendo aplicados, em meio a sociedade brasileira, elaborando políticas sociais competentes e eficientes, e ao mesmo tempo voltadas para as áreas mais precárias e mais necessitadas.

Segundo Hamasaki:

(..)admitiu que o Brasil mesmo tendo alcançado níveis de crescimento econômico expressivos em períodos distintos na história recente , não logrou produzir uma melhoria significativa nos seus índices de desenvolvimento, principalmente, nos que medem a pobreza e a distribuição de renda. Assim é importante ressaltar que o crescimento econômico por si só não é suficiente para reduzir os níveis de pobreza, haja visto forte concentração de renda ocasionada por melhorias existente na economia brasileira (Hamasak,2003,p.19).

A desigualdade na distribuição de renda é responsável pelo fato do crescimento econômico ser relativamente ineficiente na redução da pobreza, isto é , o efeito do crescimento econômico sobre a redução da pobreza é menor no Brasil do que em outros países que alcançaram o mesmo nível de renda.

Para que um país se desenvolva, apenas o crescimento econômico, que se trata do aumento do PIB percapita (por exemplo, que mede apenas os termos monetários) não garante o desenvolvimento.

Para que haja desenvolvimento tem que haver uma melhora significativa nas condições de vida das pessoas, ou seja nos indicadores sociais.

Comenta Camargo:

(...) Em um país com 190 milhões de habitantes, um terço da população dispõe de condições de educação e vida comparáveis as de um país europeu. Outro terço, entretanto, se situa num nível extremamente modesto comparável aos mais pobres padrões afro-asiáticos ,o terço intermediário se aproxima mais do inferior que do superior (CAMARGO,2015).

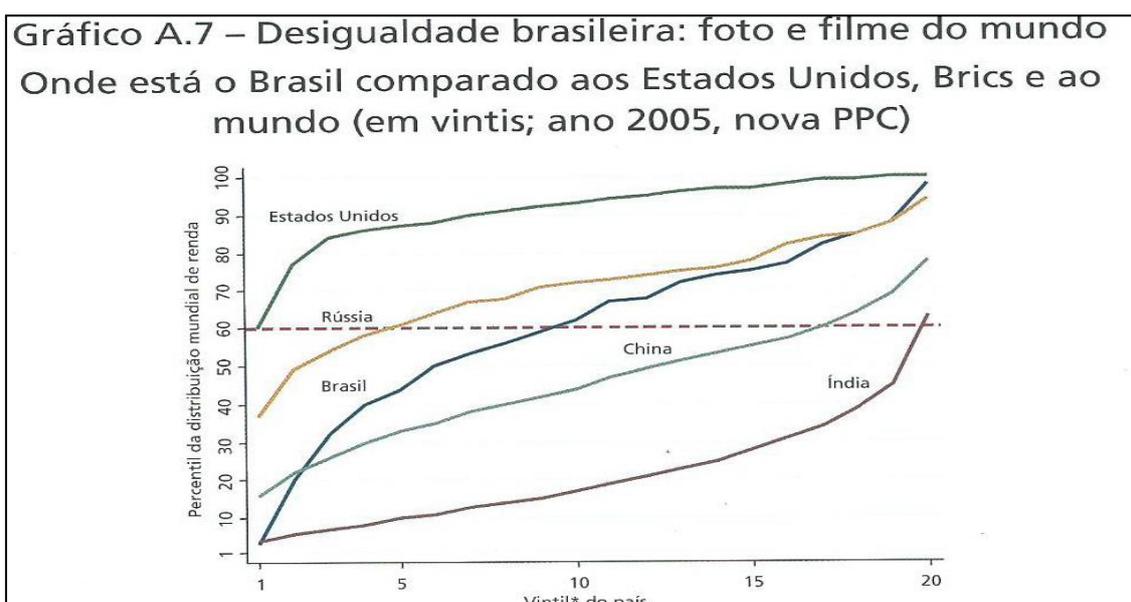
O Brasil com uma população de 190 milhões de pessoas em que uma parte desta sociedade se vê diante do privilégio e condições de viverem e terem acesso aos bens sociais como educação, saúde bem estar iguais aos de países da Europa, de primeiro mundo.

Já a outra metade se vê em condições precárias diante da educação , da saúde e bem estar de vida. Esta outra parte da sociedade é comparada com as condições de vida dos países pobres afro-asiaticos, que vivem em extrema pobreza e condições de vida precarias:

Os resultados indicam que os pobres, especialmente os afrodescendentes, têm sido sistematicamente excluídos do processo de crescimento, a despeito de louváveis melhorias nos níveis de educação e de amplas reduções da pobreza. Essa exclusão tem persistido há décadas e até mesmo se intensificado, mas embora os próprios brasileiros reconheçam a dimensão e a seriedade da desigualdade resultante, sua superação é mais dificultada por racionalizações que atribuem o ônus da mudança quase exclusivamente ao governo. (MARIÓ e WOOLCOC,2005.p.13).

Como já mencionado por Marió-Gacitúa e Woolcock, uma boa parte da população brasileira que se vê diante da linha da pobreza e indigência, inclusive os afrodescendentes, como a exclusão que se persiste ao decorrer das décadas, resultante dos tempos da escravidão vividos em nossa pátria.

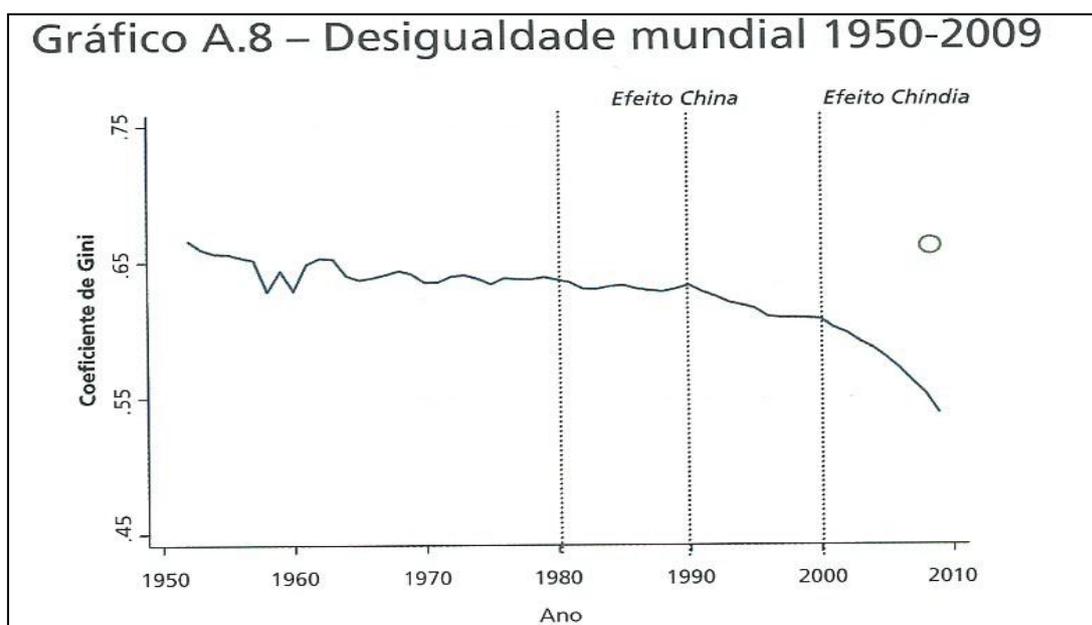
Figura1



Fonte:(NERI,2011,p.303)

Na figura 1 podemos observar a situação da desigualdade brasileira e onde está o Brasil comparado aos outros países como os Estados Unidos. A países conhecidos como Brics no ano de 2005, podemos ver que nesse período o Brasil assume uma posição favorável, observando China e Índia.

Figura 2



Fonte: (NERI, 2011, p. 303)

A figura 2 tem por objetivo demonstrar o grau da desigualdade mundial dos anos 1950-2009, medido pelo coeficiente de Gini, que vai de 0-1 (quanto mais próximo 0 mais igual, quanto mais próximo de 1 mais desigual). Podemos observar ao decorrer dos anos que a desigualdade mundial tem caído, mas de 1990 a 2010 teve uma maior queda devido ao efeito China no mundo.

A China vem de um crescimento fantástico nas últimas décadas e há algum tempo é o país que mais cresce no mundo e já há inclusive estudos que indicam que num prazo não tão distante ela pode se tornar a maior economia mundial.

Esse crescimento chinês não impulsiona somente a economia da China, mas também a economia de seus parceiros econômicos, como o grupo BRICS que o Brasil faz parte.

O Brasil é um dos países que mais cresceu com esse desenvolvimento chinês, e esse crescimento pode ser atribuído por conta das commodities, o crescimento chinês aumentou muito o consumo de commodities brasileira como soja e minério de ferro, isso fez aumentar a produção do país gerando mais emprego e conseqüentemente mais rendas, ou seja, o efeito China no mundo fez com que o Brasil conseguisse reduzir seu índice de GINI de uma forma expressiva, devido a economia estar fluindo em nosso país.

Figura 3

TABELA 2
Resposta da pobreza ao crescimento econômico

Elasticidades de crescimento	Linha de pobreza extrema (R\$ 65,00)	Linha de pobreza (R\$ 132,00)
Internacional (linhas semelhantes, mundo, exceto CEE)	Não disponível	-1,57
América Latina	-1,3	-0,94
Perfil do Brasil em 1996, com distribuição fixa	-1,15	-0,80
Brasil real, 1985-96	-0,74/-1,09	-0,58/-0,85

Fonte: Banco Mundial (31 de março de 2001).

Fonte: (MARIÓ e WOOLCOCK, 2005, p.24-25)

A resposta da pobreza ao crescimento econômico apontou a elasticidade de crescimento em R\$65,00 na linha da extrema pobreza e R\$132,00 na linha de pobreza, conforme a figura 3.

Estudos recentes têm demonstrado que, no Brasil, a pobreza responde menos a mudanças no crescimento que em outros países. As elasticidades de crescimento das taxas de redução da pobreza são relativamente mais baixas no Brasil que em outros países (ver figura 3). Desigualdades extremamente altas são a principal razão da relativamente baixa elasticidade crescimento-pobreza.

Figura 4

TABELA 3
Indicadores sociais selecionados para o Brasil e regiões, 2001^(a)

Regiões	Renda nominal pessoal <i>per capita</i> – 2000 (em R\$/mês) ^(b)	Taxa de analfabetismo – 2001 (em %)	Emprego formal 1999 (em % do emprego total)	Anos de escolaridade – 2001 (em anos)	Índice Gini distribuição de renda 2001 ^(c)	Taxas de pobreza 1992 ^(e)	Taxas de pobreza 1999 ^(e)
Norte	576,84	7,8	45,3	6,3 ^(d)	0,598	47,5	34,9
Nordeste	448,45	17,7	43,2	5,3	0,617	60,6	50,2
Sudeste	944,72	7,1	68,3	6,2	0,586	26,9	16,8
Sul	796,26	5,4	71,2	6,6	0,572	29,4	19,8
Centro-Oeste	855,83	9,2	52,9	6,7	0,622	37,2	23,6
Brasil	768,83	11,4	61,3	6,2	0,609	38,9	28,4

Fonte: Dados extraídos e adaptados de Maia Gomes 2002, baseados no Censo Demográfico do IBGE (2000) e na Pnad (2001).
Notas: (a) Ou último ano disponível, conforme cada coluna.
(b) Renda nominal média mensal de domicílios com renda diferente de zero.
(c) Índice de Gini da distribuição da renda pessoal da renda nominal de pessoas da família com renda nominal diferente de zero.
(d) Norte urbano.
(e) Estimativas da Fundação Getúlio Vargas, baseadas na Pnad.

Fonte: (MARI e WOOLCOCK,2005,p.27)

Na figura 5 tem-se indicadores sociais selecionados para o Brasil e suas regiões, (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro Oeste), no ano de 2001, indicadores como renda nominal, taxa de analfabetismo, emprego formal, anos de escolaridade, índice de Gini distribuição de renda e Taxas de pobreza. Podem-se observar que esses indicadores oscilam a um nível expressivo de região para região.

2. COEFICIENTE DE GINI E A CURVA DE LORENZ

A investigação sobre a distribuição de renda da população leva a questões ligadas à mensuração de quanta desigualdade há em uma sociedade e quais os problemas que surgem na mensuração. Estabelecer e entender os indicadores de avaliação da desigualdade tem sido objetivo de trabalho de estudiosos de diversas áreas, e para entender esses indicadores, o instrumento mais utilizado é o coeficiente de GINI ou índice de GINI.

Segundo o IPECE:

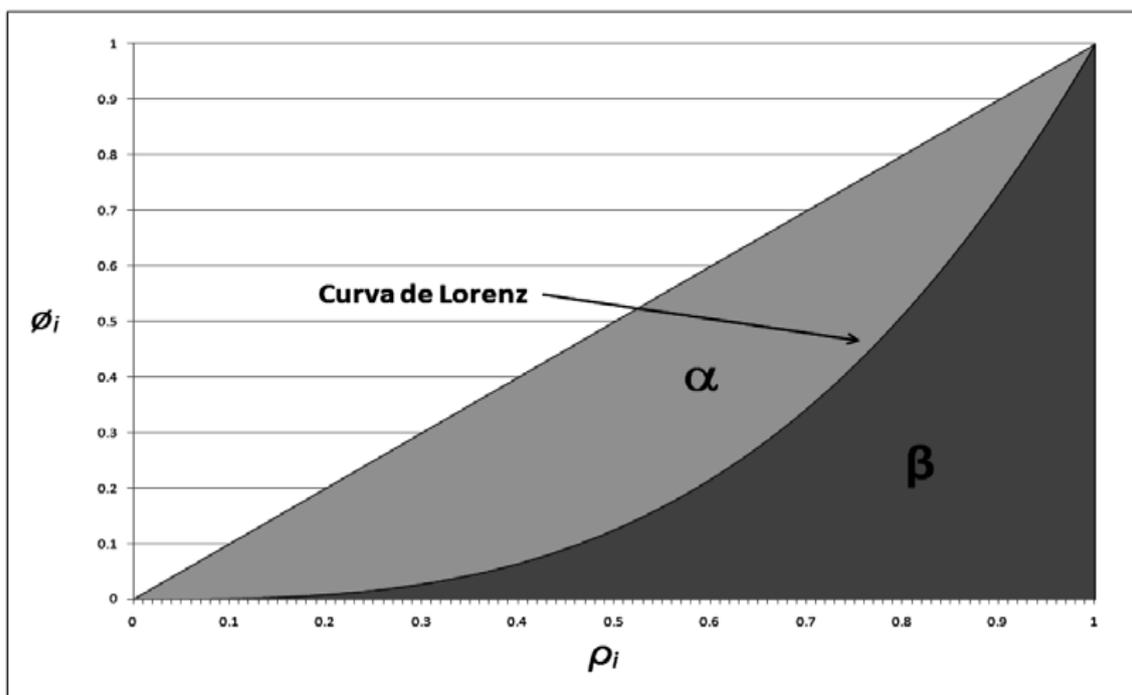
(...) o coeficientes de Gini é um dos principais índices de desigualdade utilizados. O Gini é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Conrrado Gini e publicada no documento “ Variabilitá e Mutabilitá” em 1912. Esse índice é comumente utilizado para calcular a desigualdade de distribuição de renda, mas pode ser usada também para qualquer distribuição, como concentração de terra , riqueza entre outras.(IPECE,2015)

Como já mencionado pelo IPECE, o índice de Gini foi criado pelo italiano Conrrado Gini, e é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda em um determinado grupo ou sociedade. O índice de Gini é o instrumento que aponta a diferença entre os rendimentos entre os mais pobres e os mais ricos .

Numericamente o índice de Gini varia de 0 a 1, ou seja o valor 0 representa a total situação de igualdade , todos possuem a mesma renda. Já o valor 1 está ao extremo oposto, significa uma total desigualdade de renda ou seja apenas uma ou poucas pessoas detem a total riqueza. Na prática o índice de Gini costuma comparar os 20% dos mais ricos em relação com os 20% mais pobres.

Por fim , o coeficiente de Gini é um ponto de estimativa da igualdade em um determinado momento, o que ignora as mudanças que podem ocorrer no ciclo de vida dos indivíduos. Por exemplo, o aumento na proporção de membros jovens ou velho de uma sociedade poderá conduzir mudanças importantes na distribuição. Fatores como a mudança na faixa etária dentro de uma população ou mesmo da mobilidade de classe de renda pode criar a aparência de igualdade quando na verdade não existe. Assim, uma determinada economia pode ter um coeficiente de Gini maior do que outro em um determinado ponto no tempo, mas quando calculado levando-se em conta a renda dos indivíduos no ciclo de vida , ele é realmente menor. Essencialmente, o que importa não é apenas a desigualdade em um determinado ano, mas a composição da distribuição ao longo do tempo.(IPECE,2015)

FIGURA 5- Curva de Lorenz



Fonte(IPECE,2015)

Definição da curva de Lorenz é uma curva que mostra como a proporção da renda(ϕ) varia em função da proporção acumulada da população(p), estando os indivíduos ordenados pelos valores crescentes da renda. Na figura acima temos uma representação gráfica do que vêm ser essa curva. Como a diagonal principal divide o quadrado em partes iguais, qualquer ponto nessa reta é um ponto em que os valores da abscissa e ordenada são iguais.(IPECE.2015).

Para NERI “a curva de Lorenz é um simples instrumento gráfico e analítico” que irá permitir analisar e descrever, em uma determinada sociedade, a distribuição de renda ali aplicada e também permitir que ordenamos a distribuições de renda sob um ponto de vista de bem estar. “A curva Lorenz é uma curva que expressa a relação entre a proporção de pessoas com renda pelo menos tão elevada do que de renda recebida por essas pessoas.

2.1 - A QUEDA DAS DESIGUALDADES DE RENDA E DE POBREZA NO BRASIL

Este capítulo tem como objetivo demonstrar a redução da desigualdade e pobreza no Brasil através de uma análise de dados, tabelas e gráficos coletados em fontes como IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) FGV (Fundação Getúlio Vargas) , IPEA, PNAD (Pesquisa Nacional por Domicílio), PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) . Estes dados apresentam certos indicadores sociais que mensuram as desigualdades e pobreza no Brasil.

Para compreensão e interpretação desta pesquisa é necessário que se saiba o significado de cada índice e termo técnico utilizados

De acordo com alguns estudos o abismo social brasileiro ficou menor, posto que nenhuma outra economia reduziu a desigualdade de renda como o Brasil tem diminuído nas últimas décadas. Isso quer dizer que o Brasil esta se tornando menos desigual nos condutos dos países subdesenvolvidos.

Segundo GONÇALVES:

O Brasil experimentou melhora na sua posição no ranking mundial dos países com maior grau de desigualdade entre meados da última década do século XX e meados da primeira década do século XXI. Em um painel de 110 países , o Brasil saiu da quarta posição no ranking mundial dos mais desiguais para a quinta posição.(GONÇALVES,2013,p.162).

O Brasil, conhecido como um dos países com maior índice de desigualdade mundial, nas últimas décadas tem se esforçado para combater essas desigualdades e tentar reverter essa situação, deixando de ser um dos mais desiguais. Com esse esforço, nos últimos tempos, o Brasil conseguiu sair da quarta posição no ranking mundial dos países mais desiguais para a quinta posição.

A Desigualdade brasileira, não obstante ser uma das “ mais grandes” do mundo como dizem nossos vizinhos latinos, deixou de ser ponto fora da curva internacional .É o que pude aprender em reuniões com pesquisadores de países desenvolvidos (Alemanha, Estados Unidos e Coreia) e emergentes (China, Índia, África do Sul e México). Inicialmente, vale frisar a magnitude ainda absurda de nossa desigualdade. O índice de Gini, a medida mais usada de concentração de renda, varia de zero a um,zero se as rendas de todos fossem iguais, e um quando a renda de todos se concentra numa única pessoa. Nosso Gini atual de 0,53 está ainda mais próximo do máximo do que do mínimo da desigualdade. Por outro lado, ela esta em queda aqui, e em alta nos demais países citado.(NERI,2011,p.56).

Como já mencionado por NERI, o Brasil tem sido visto por países vizinhos latino americanos como um dos países com maior grau de desigualdade do mundo, mas nos últimos tempos essa desigualdade tem sido combatida, ao ponto do nosso índice de Gini vir a cair, com essa queda vale ressaltar que ainda estamos muito mais próximos do máximo do que do mínimo da desigualdade. Mesmo estando em queda no Brasil e em alta nos demais países como China, Índia, África do Sul e México, há muito à fazer em nosso país para continuar o combate a essa desigualdade.

Segundo NERI:

Se no futuro um historiador fosse nomear as principais mudanças ocorridas na sociedade brasileira e latino-americana na primeira década do terceiro milênio, poderia chamá-la de década da redução da desigualdade de renda. Da mesma forma que a de 1990 foi a da estabilidade para nós (depois dos vizinhos), e a de 1980, a da redemocratização. Existe paralelo entre a fotografia e os movimentos do Brasil e da América Latina. Em ambos, o nível da desigualdade é dos mais altos do mundo, mas em queda. A má notícia é que ainda somos muito desiguais; a boa notícia prospectiva é que há muito crescimento a ser gerado na base da pirâmide social. (NERI,2011,p.57)

Em um futuro longínquo, caso os estudos de algum historiador fossem dar nome às principais fases de mudanças socio-econômicas ocorridas no Brasil, originalmente em sua sociedade como um todo, poderia ser chamada de “década da redução da desigualdade de renda”. Isso devido a mudanças ocorridas no tempo, fazendo com que o índice de desigualdade de renda caia e fique menos desigual em nosso país. Mesmo com a desigualdade de renda em queda, ainda somos muitos desiguais, mas por outro lado há uma boa prospectiva porque ainda “ há muito crescimento a ser gerado na base da pirâmide social.”

(...)A fim de sintetizar melhor as mudanças observadas, restringimos a análise que se segue 50% mais pobres e aos 10% mais ricos. Os primeiros detêm, por definição, a metade mais pobre da população, enquanto os segundos, no auge da desigualdade, detinham mais da metade do bolo de renda tupiniquim. As respectivas taxas acumuladas de crescimento da renda real per capita foram de 52,59% e 12,8%. Isto indica que o bolo da metade mais pobre da população brasileira cresceu a uma taxa 318% mais alta que a dos 10% mais ricos entre 2001 e 2009. Esta é uma medida intuitiva da evolução da desigualdade.(NERI,2011,p.59)

Para-se entender melhor as mudanças que foram observadas no Brasil, foram analisados os cinquenta por cento dos mais pobres e os dez por cento dos mais ricos, e isso levou a dedução de que os primeiros detêm por definição a metade mais pobre da população em contrapartida os segundos no alto da desigualdade, detinham a maior parte do bolo de renda. O crescimento de renda real per capita cresceu mais entre os pobres do que entre os ricos, entre os anos de 2001 e 2009.

Segundo a PME, as taxas de crescimento da renda dos pobres foram sempre superiores às dos ricos entre dezembro 2000 e setembro de 2001 e de setembro de 2009 a dezembro de 2010. Isto indica que a desigualdade caiu não só entre cada Pnad, mas sugere que também caiu nos extremos da década gregoriana. A diferença é que no começo da década passada a renda caía menos para os mais pobres e no final crescia mais para os mais pobres. (NER,2011,p.60)

Para Neri, nos anos da última década, as taxas de crescimento da renda da população mais pobre de nosso país sempre foram maiores do que as das classes mais ricas, e isso se confirma a cada Pnad. A diferença é que no começo da década passada a renda caía menos para os mais pobres e no final crescia para eles:

O que realmente difere no caso brasileiro- e latino americano- da última década, pelo menos em relação aos demais países citados aqui, é o movimento das respectivas diferenças internas. Queda aqui e alta alhures. Saimos no Brasil de um Gini de quase 0,6 em 2001 para atingir 0,53 em 2010, com queda em todos os últimos dez anos. A taxa acumulada de crescimento da renda real per capita na década passada dos 10% mais ricos foi de 10,03% contra 67,93% dos 50% mais pobres. Ou seja, Descontando a inflação e o crescimento populacional de nossa América Latina, o crescimento da metade inferior latino-americana foi 577% mais alto do que o da elite belga que antes detinha quase metade da renda nacional. (NERI,2011,p.57).

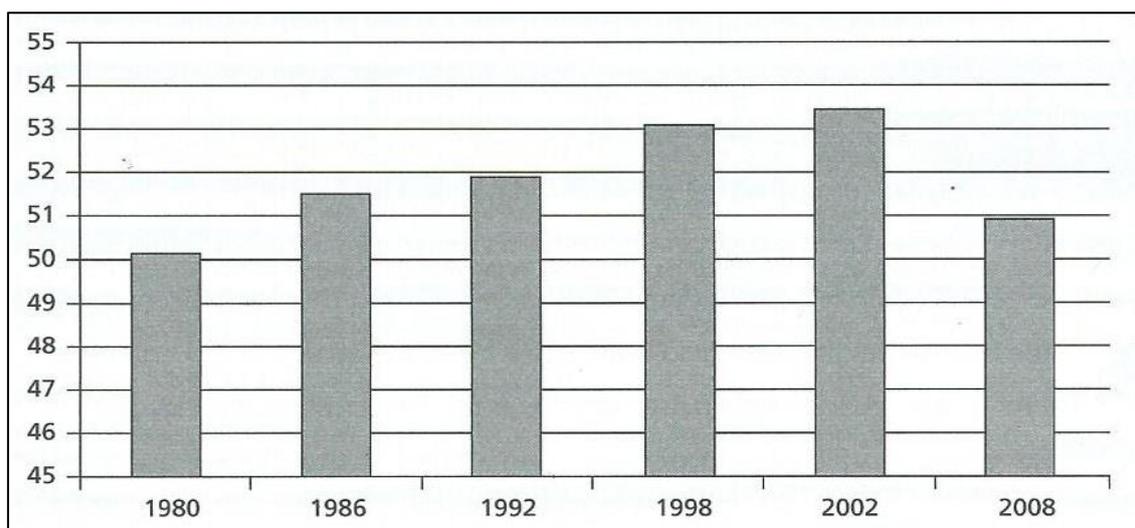
Para compreender realmente o caso brasileiro ocorrido na última década referente à queda do índice de Gini aos demais países Latino Americanos, Afirma-se que “é o movimento das respectivas diferenças internas” ou seja, em cada país existem contradições internas diferentes para se combater esse quadro. Medidas governamentais adotadas dentro de uma nação podem amenizar ou até mesmo reverter diretamente casos de desigualdade notórios no país. Casos de

desigualdade mais básicos notados em países em subdesenvolvimento, que como: fome, desnutrição, mortalidade infantil, pobreza, miséria, precariedade na saúde e educação. Nem todas essas consequências ocorridas devido à desigualdade social foram combatidas ao ponto de não existirem mais em nosso país, mas de alguns anos para cá, houve uma redução bastante satisfatória.

“ A renda dos 50% mais pobres nos anos 2000 sobe 69% a imagem do espelho do ganho dos 10% mais ricos nos anos desde 1960”

“ Seria uma revolução de 360° : voltar ao menos nível de desigualdade de nossas séries históricas, observadas desde 1960”(NERI,2011,p.59).

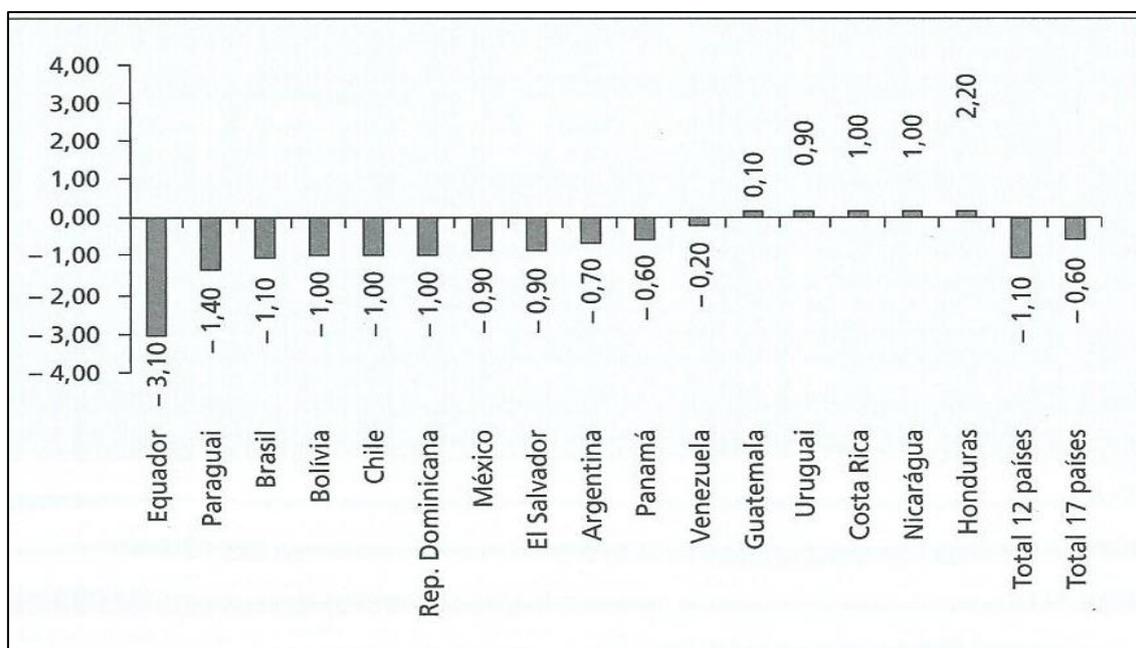
GRÁFICO 1- Índice de GINI não ponderado para América Latina (21 países)



Fonte:(NERI,2011,p.58)

O objetivo do gráfico 1 é o de evidenciar o índice de Gini não ponderado para América Latina, relacionando 21 países, observando que o índice nos anos de 1980 até 2002 sempre estava se elevando ao decorrer dos anos, mas sucessivamente de 2002 a 2008 ele sofreu uma forte e expressiva queda.

GRAFICO 2- Variação do índice de GINI não ponderado para América Latina (17 países), entre 2000 e 2007



Fonte:(NER,2011,p.58)

O gráfico 2 demonstra uma variação do índice de Gini não ponderado para América Latina, relacionando desta vez apenas 17 países entre os anos de 2000 e 2007. Podemos observar que em um total de 12 países essas variações foram de 1-10, e em relação aos 17 países foi de 0-60.

TABELA 1- ÍNDICE DE GINI DO BRASIL

Data	Renda - desigualdade - coeficiente de Gini
1995	0,601
1996	0,602
1997	0,602
1998	0,600
1999	0,594
2001	0,596
2002	0,589
2003	0,583
2004	0,572
2005	0,570
2006	0,563
2007	0,556
2008	0,546
2009	0,543
2011	0,531
2012	0,530
2013	0,527

Fonte: (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA)

(Observação, os dados do ano de 2010 não foram disponibilizados)

Por fim, o coeficiente de Gini é um ponto de estimativa da igualdade em um momento, o que ignora as mudanças que podem ocorrer no ciclo de vida dos indivíduos. Por exemplo, o aumento na proporção de membros jovens ou velhos de uma sociedade poderá conduzir mudanças importantes na distribuição. Fatores como a mudança na faixa etária dentro de uma população ou mesmo da mobilidade de classes de renda pode criar a aparência de igualdade quando na verdade não existe. Assim, uma determinada economia pode ter um coeficiente de Gini maior do que outro em um determinado ponto no tempo, mas quando calculado levando-se em conta a renda dos indivíduos no ciclo de vida, ele é realmente menor. Essencialmente, o que importa não é apenas a desigualdade em um determinado ano, mas a composição da distribuição do tempo. (IPECE,2015).

A tabela acima tem o objetivo de demonstrar o índice de Gini no Brasil no período de 1995 a 2013. Nesta tabela pode-se observar se houve mudanças do Gini e entre os anos, deduzir se a desigualdade aqui no Brasil teve aumento ou queda. Primeiramente, observamos que desde a implementação do plano real em nossa economia, o índice de Gini indica expressiva queda, até atingir o seu menor

valor que é de 0,527 no ano de 2013, representando uma forte redução do Gini, em comparação aos anos anteriores.

TABELA 2- Numero de pessoas extremamente pobres no Brasil

Data	Pobreza - número de pessoas extremamente pobres
2001	25.520.845,00
2002	23.862.280,00
2003	26.242.672,00
2004	23.577.095,00
2005	20.889.220,00
2006	17.315.355,00
2007	16.504.043,00
2008	14.032.928,00
2009	13.597.606,00
2010	
2011	11.772.648,00
2012	10.081.225,00
2013	10.452.383,00

Fonte: (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA)

(Observação, os dados do ano de 2010 não foram disponibilizados)

Número de pessoas em domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de extrema pobreza (ou indigência, ou miséria). A linha de extrema pobreza aqui considerada é uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da FAO e da OMS. São estimados diferentes valores para 24 regiões . Série calculada a partir das respostas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. (Pnad/IBGE,2015).

A tabela acima tem por objetivo demonstrar o número de pessoas extremamente pobres no Brasil. Observamos que esse número de pessoas era extremamente grande em 2001, chegando a 25.520.845,00.

Porém, conseqüentemente, ao decorrer dos anos, em especial a partir de 2004, ve se que esse forte número de pessoas pobres veio a cair relativamente de ano para ano de uma forma bem expressiva, até chegar aos 10.452.383,00 de pessoas em 2013. Se comparar esse período de 2001 a 2013, o Brasil conseguiu

tirar uma grande parte das pessoas da extrema linha da pobreza, exatamente 15.068.462,00 pessoas.

TABELA 3- Índice de Theil

Data	Renda - desigualdade - índice T de Theil
1995	0,733
1996	0,732
1997	0,738
1998	0,734
1999	0,711
2001	0,726
2002	0,710
2003	0,685
2004	0,665
2005	0,660
2006	0,644
2007	0,624
2008	0,602
2009	0,597
2011	0,569
2012	0,598
2013	0,562

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

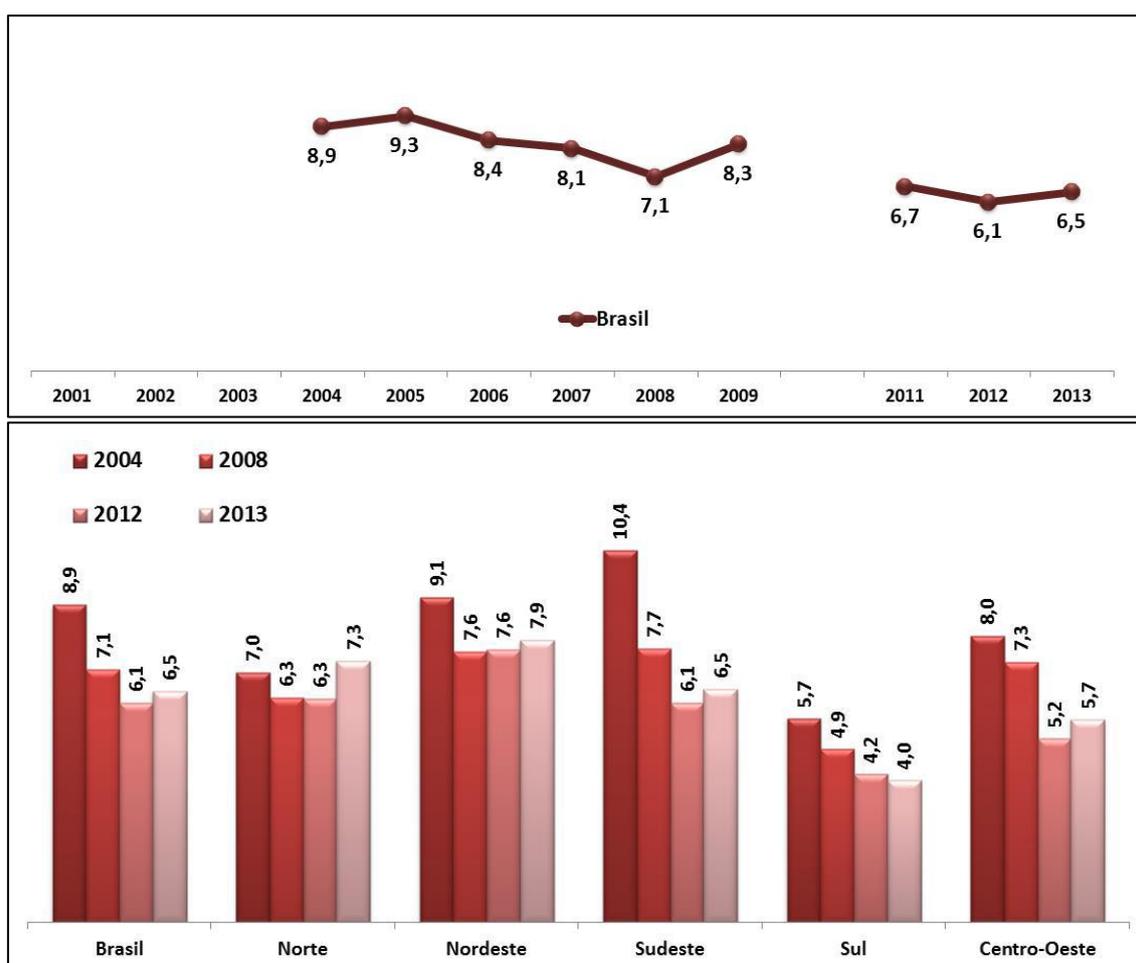
(Observação, os dados do ano de 2010 não foram disponibilizados)

A Tabela 3 tem o objetivo de mostrar outro índice de desigualdade o índice Theil-T que mede a desigualdade na distribuição de indivíduos, segundo a renda domiciliar per capita. É o logaritmo da razão entre as médias aritmética e geométrica das rendas individuais, sendo nulo quando não existir desigualdade de renda entre os indivíduos e tendente ao infinito quando a desigualdade tender ao máximo. Para seu cálculo, excluem-se do universo os indivíduos com renda domiciliar per capita nula. Uma vantagem do Theil-T, em comparação com o índice de Gini, é que , quando a população é dividida em grupos, pode-se decompor o Theil-T em uma parcela referente a desigualdade entre os grupos e uma parcela referente a desigualdade dentro dos grupos.

O que podemos concluir quando encontramos a expressão razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a dos 50% mais pobres: trata-se de uma medida do grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Compara a renda média dos indivíduos pertencentes ao décimo mais rico da distribuição com a renda média dos indivíduos pertencentes aos cinco décimos mais pobres da mesma distribuição.

Ainda na tabela 3, que mede o índice de Theil, podemos observar que no decorrer dos anos, este índice sofreu varias oscilações, mas nos último anos obteve quedas.

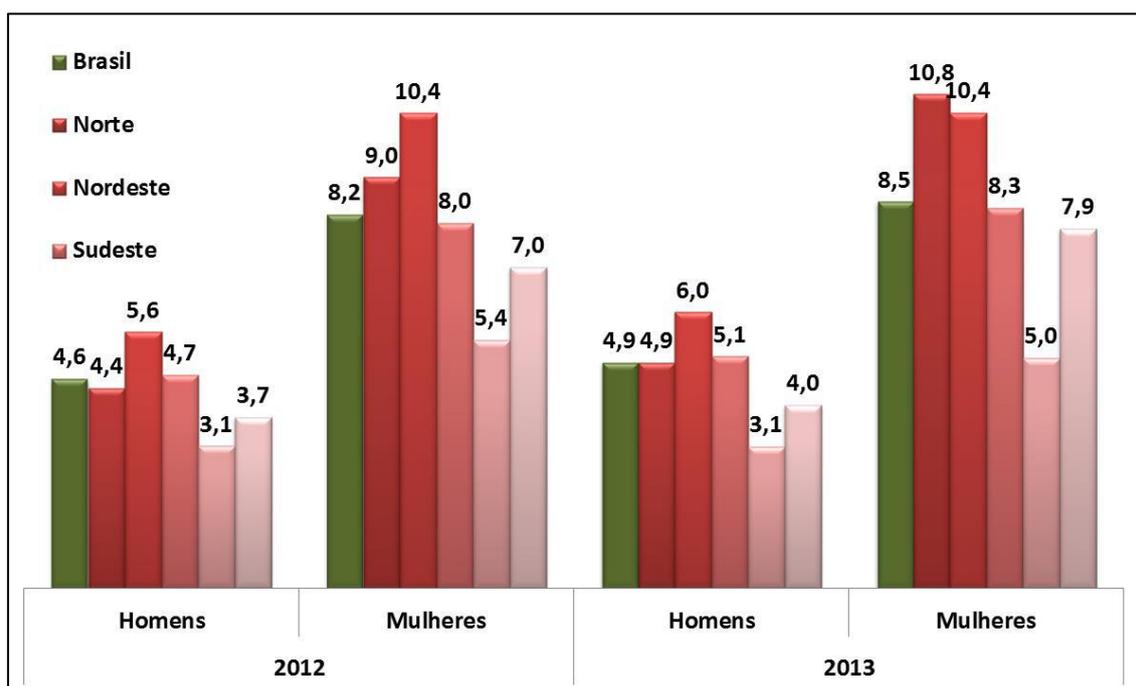
GRAFICO 3- Evolução da taxa de desocupação no Brasil (%)



Fonte: (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE.)

Na taxa de desocupação no Brasil, representada pelo gráfico acima, observa-se que em um total contexto dessa taxa houve algumas oscilações, mas estava em queda até 2012 e logo tendo um aumento em 2013. Na região Norte, de 2004 até 2012 ela esteve em queda mas em 2013 houve um aumento; já no Nordeste, o caso foi bem parecido devido a queda nessa ocupação de 2004 até 2012 e logo em 2013 houve um aumento. No Sudeste em 2004 até 2012 houve uma queda muito grande na taxa de desocupação mas logo em seguida em 2013 houve um pequeno aumento, No caso Sul do país foi a única região que desde 2004 até 2013 apresenta o índice de queda nesta taxa de desocupação. O Centro Oeste não foi muito diferente das demais regiões de 2004 a 2012 apresentou uma queda relevante mas em 2013 houve um aumento na taxa de desocupação.

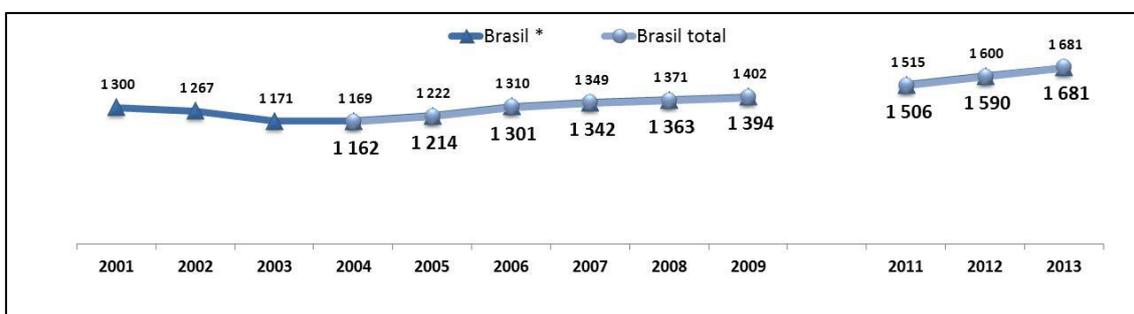
GRAFICO 4- Taxa de desocupação por sexo 2012 e 2013 (%)



Fonte: (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística .IBGE.)

No gráfico 4 podem-se constatar que a taxa de desocupação tanto para os homens quanto para as mulheres de todas as regiões do Brasil, no ano de 2012 para 2013, teve um aumento.

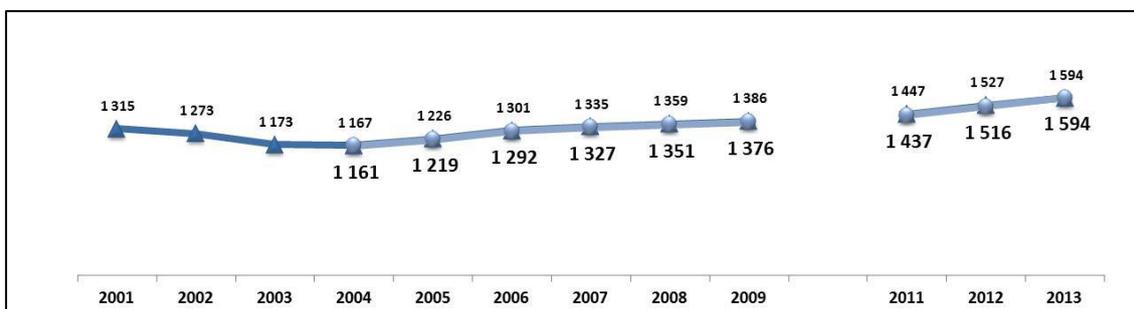
GRAFICO 5- Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos (R\$)



Fonte: (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE)

No gráfico acima é demonstrado que os rendimentos médios real de todos os trabalhos entre os anos de 2004 a 2013 apresentou um aumento constante no Brasil.

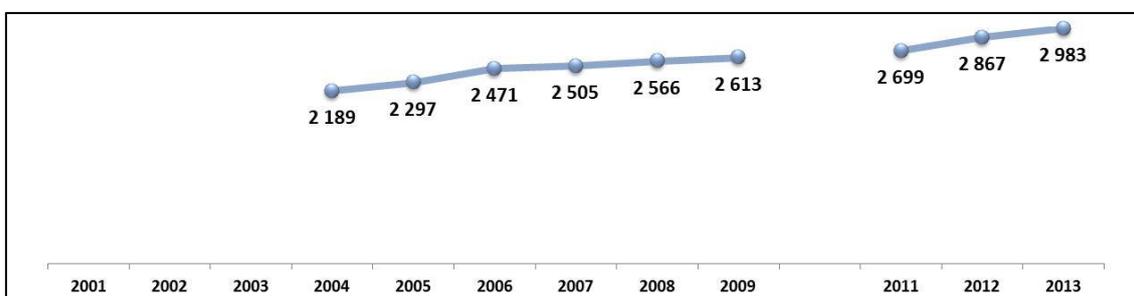
GRAFICO 6- Rendimento médio mensal real de todas as fontes



Fonte: (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE)

No gráfico 6 pode-se observar que os rendimentos médios mensais real de todas as fontes, de 2004 a 2013 teve aumentos constantes. Observa-se que de 2011 a 2013 foi o período em que ocorreu um maior aumento passando de 1,437 para 1,594.

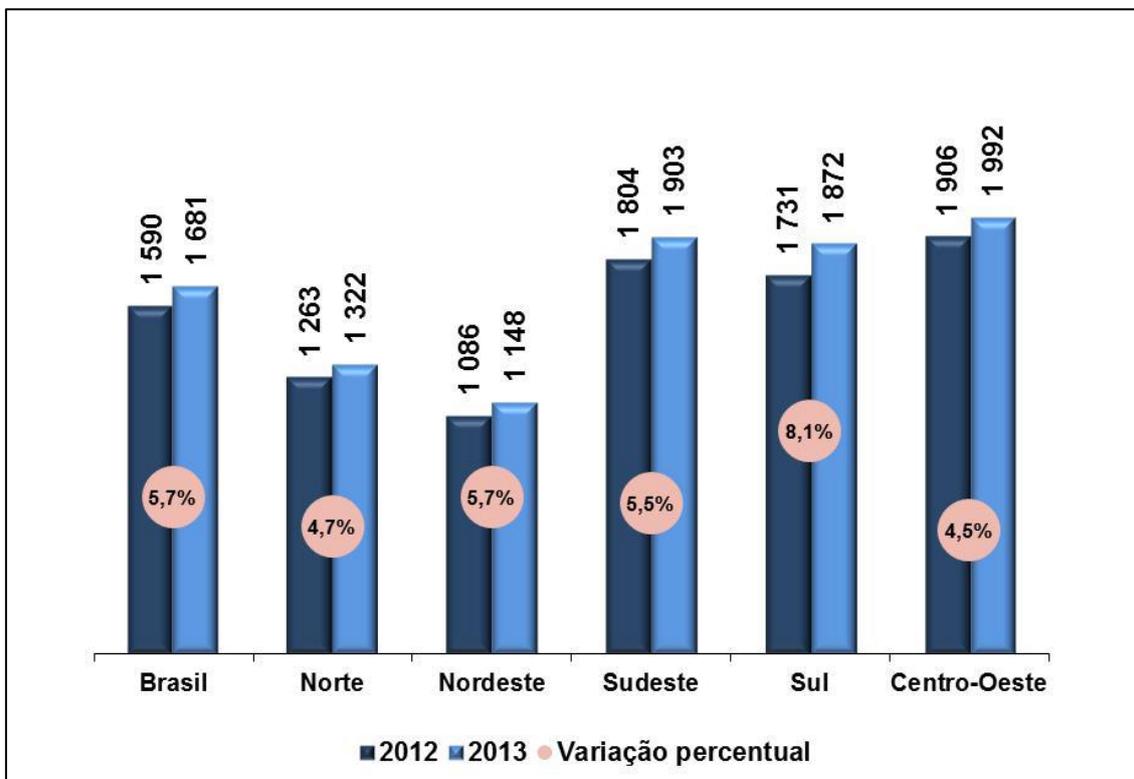
GRAFICO 7- Rendimento médio mensal domiciliar



Fonte: (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE)

No gráfico 7 que demonstra o rendimento médio mensal domiciliar no período de 2004 a 2013, pode-se observar que o mesmo teve aumentos constantes em todos os anos, mas no período de 2011 até 2013 foi o período onde teve seu maior aumento.

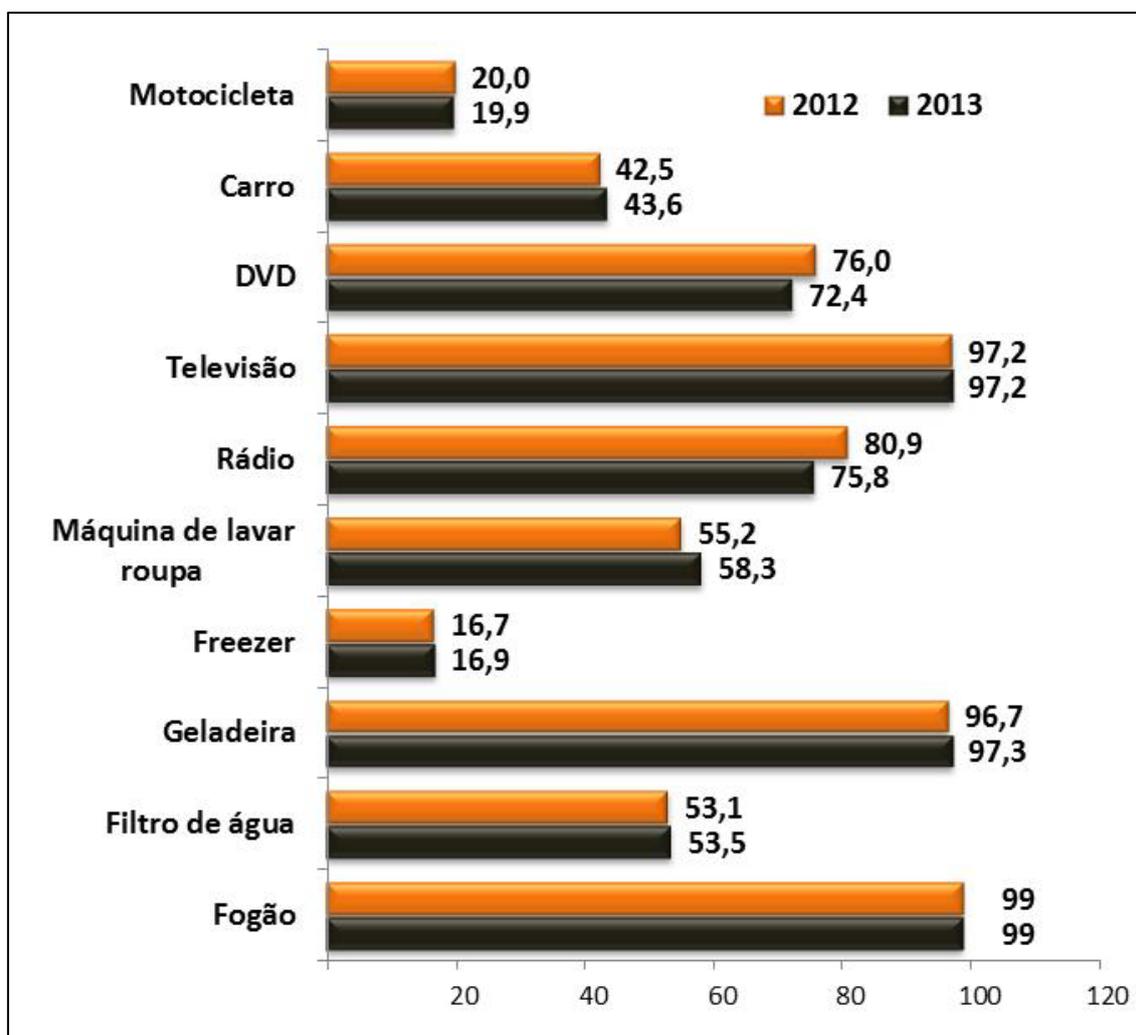
GRAFICO 8- Rendimento Médio Mensal Real de Trabalho (R\$) por região



Fonte:(Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE)

No gráfico 8, sobre os rendimentos médios mensais reais de trabalho por região pode-se observar no primeiro ponto de vista que em todas as regiões, houve aumento nos rendimentos real, de 2012 para 2013. Olhando a variação percentual, na região Norte teve o aumento de 4,7% , no Nordeste 5,7%, no Sudeste 5,5%, no Sul 8,1% e no Centro Oeste 4,5%. O sul foi a região com o maior índice de aumento, subindo de R\$1,731 para R\$1,872. Uma visão geral da variação percentual no Brasil foi de 5,7% que saltou de R\$1,590 para R\$1,681, ou seja o rendimento médio mensal real do trabalho no Brasil melhorou de 2012 para 2013.

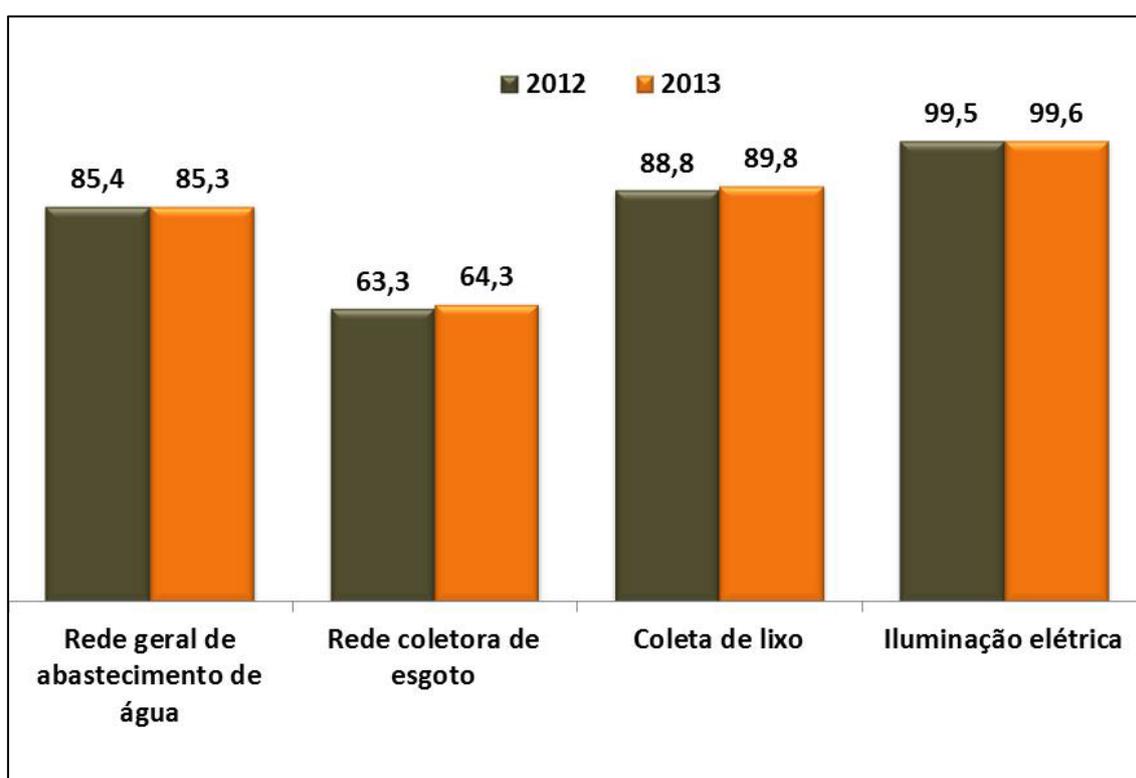
GRAFICO 9- Posse de alguns bens duráveis – Brasil (%)



Fonte: (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE)

O gráfico 9 mede a posse de alguns bens duráveis (em %) no Brasil. Observa-se que alguns bens como geladeira e freezer ,máquina de lavar roupa, carro e filtro de água tiveram um pequeno aumento em relação ao ano de 2012 para 2013, ou seja a população Brasileira passou a ter mais acesso a esses bens duráveis, já os demais se mantiveram a mesma porcentagem ou tiveram um retrocesso.

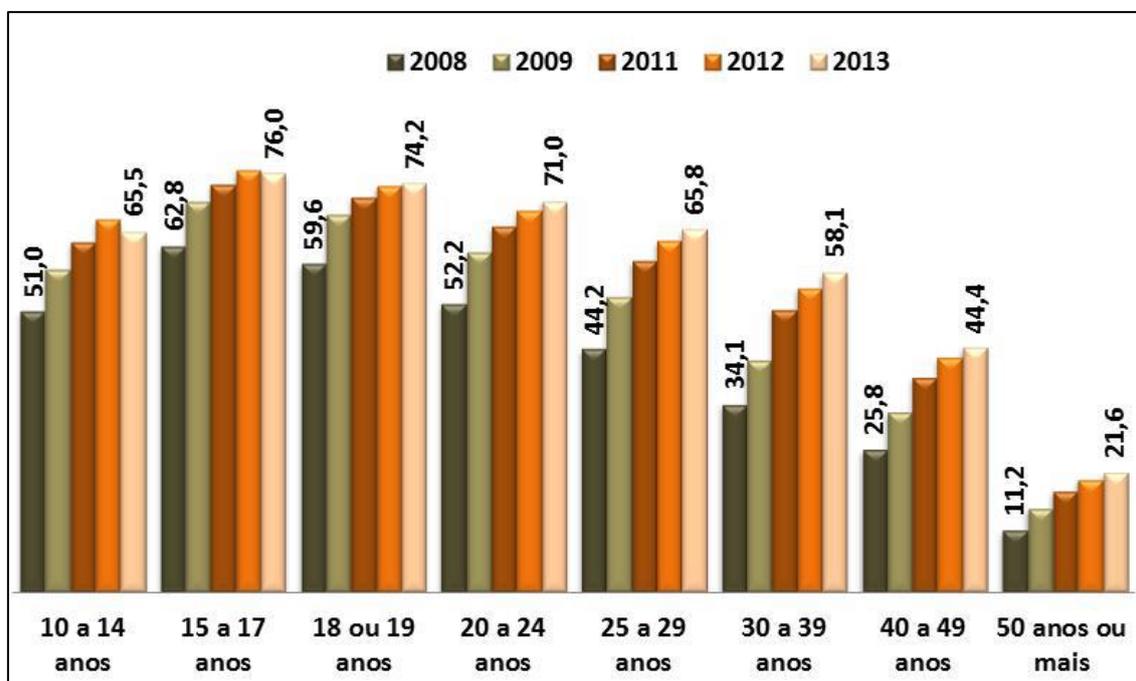
GRAFICO 10- Acesso a alguns serviços – Brasil (%)



Fonte: (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE)

No gráfico 10 que demonstra a porcentagem de pessoas no Brasil que tem acesso a alguns serviços como rede geral de abastecimento de água, rede de coletora de esgoto, coleta de lixo e iluminação elétrica, pode-se constatar que houve um resultado positivo em relação ao ano de 2012 para 2013, ou seja a porcentagem de pessoas com acesso a esses serviços teve um aumento.

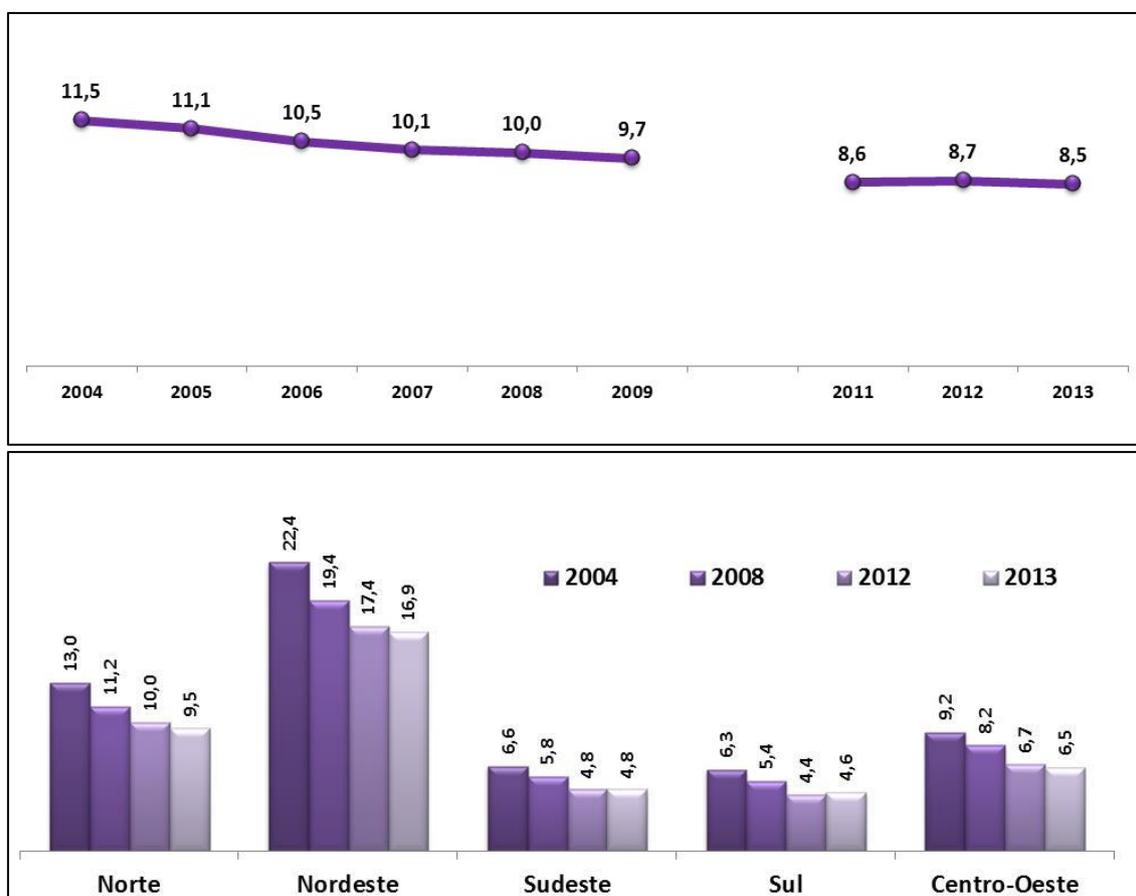
GRAFICO 11- Percentual de pessoas que utilizaram a Internet (10 anos ou mais de idade)



Fonte: (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE)

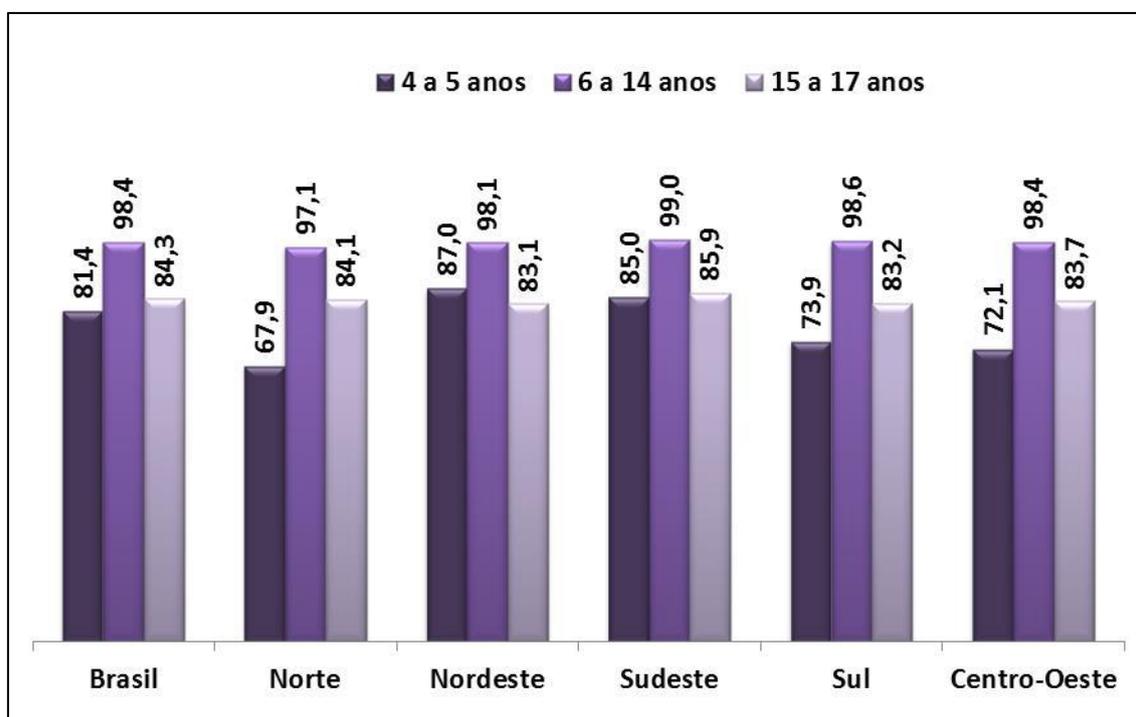
No gráfico 11 que mede o percentual de pessoas que utilizam ou tem acesso à internet (10 anos ou mais de idade), do ano de 2008 a 2013, pode-se ver que em relação a todas as idades ao decorrer dos anos, o percentual de utilização e acesso à internet sofreu aumentos constantes, ou seja, o acesso a internet ficou mais acessível.

GRAFICO 12- Taxa de analfabetismo - 15 anos ou mais de idade (%)

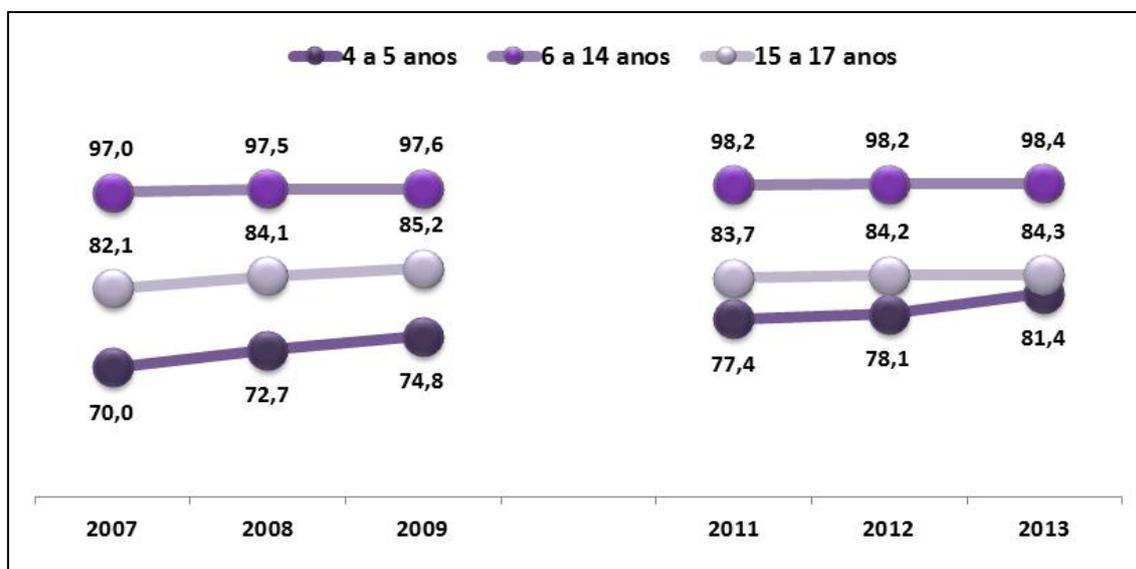


Fonte: (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE)

No gráfico 12 que demonstra a taxa de analfabetismo no Brasil, de 15 anos ou mais de idade, num contexto total observa-se que de 2004 até 2013 houve uma forte queda nessa taxa em nosso país. Se observar essa taxa de analfabetismo nas demais Regiões do Brasil podem-se ver que o Nordeste era a região com a maior taxa, contudo foi a região que mais reduziu a mesma.

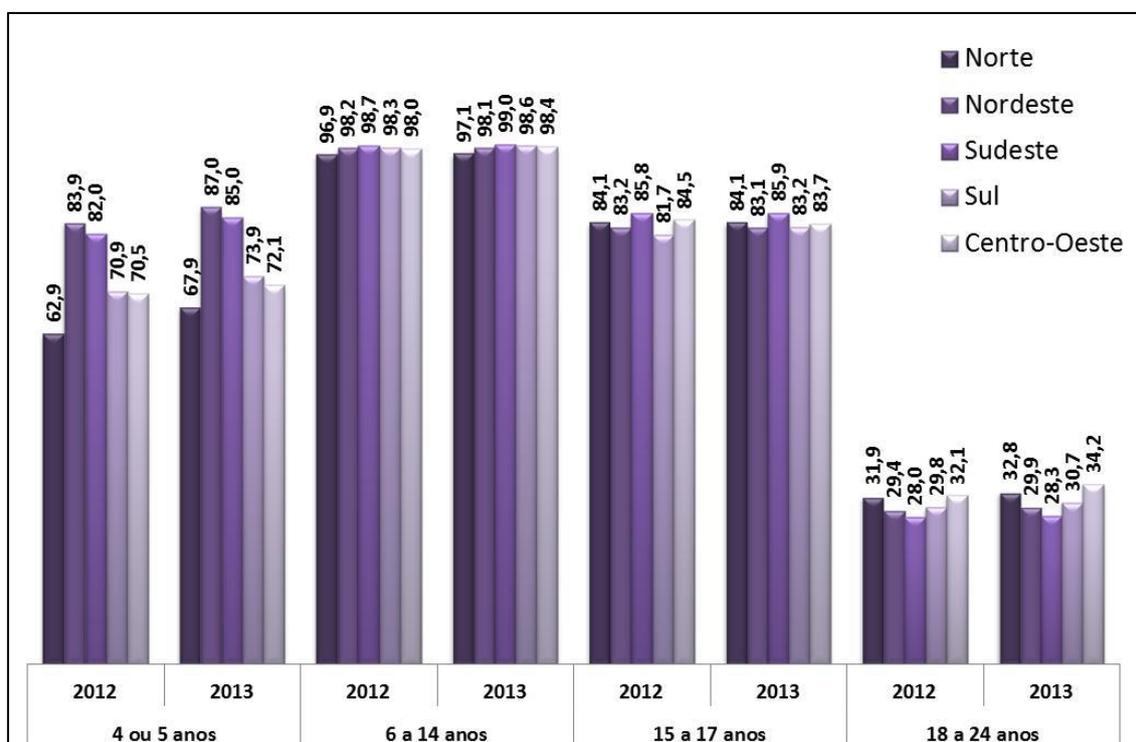
GRAFICO 13- Taxa de escolarização – 2013 (%)

O gráfico 13 analisa a taxa de escolarização de forma mais profunda, referente a crianças de 4 a 5 anos, de 6 a 14 e jovens de 15 a 17 anos no ano de 2013. No Brasil, 98,4% das crianças de 6 a 14 anos de idade frequentavam a escola, no mesmo período também frequentavam 84,3% dos jovens de 15 a 17 anos e 81,4% das crianças de 4 a 5 anos.

GRAFICO 14- Evolução da taxa de escolarização (%)

Fonte:(Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE)

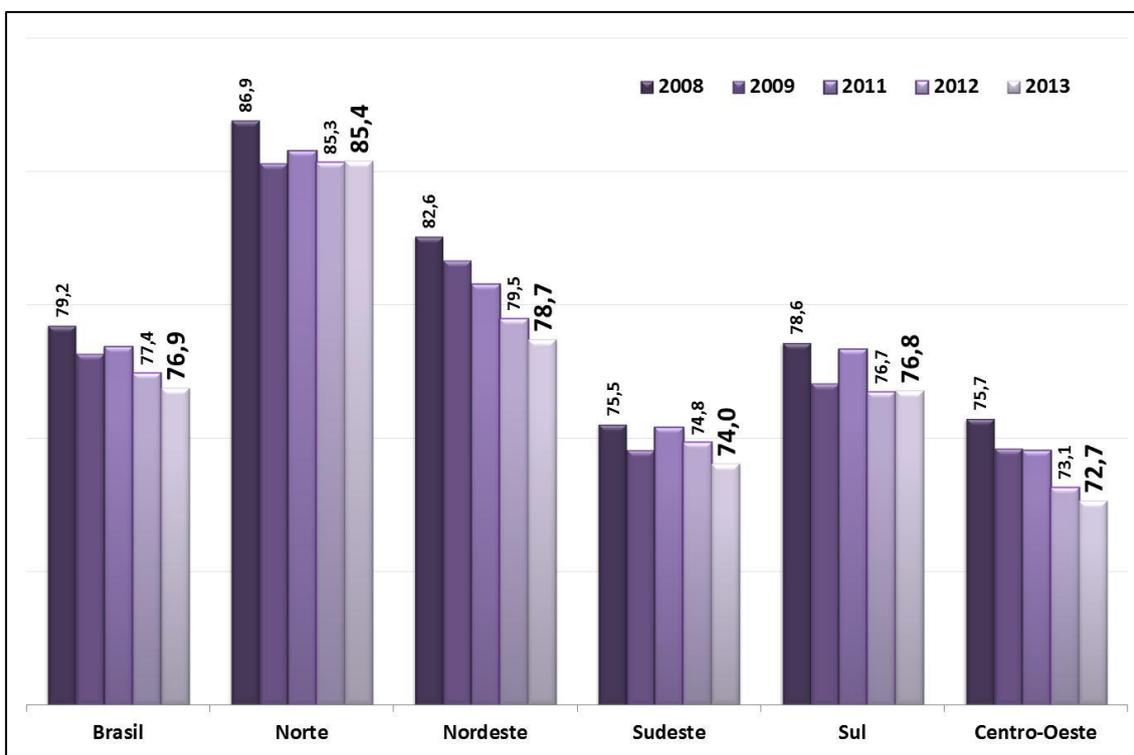
GRAFICO 15- Taxa de escolarização por região (%)



Fonte: (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE)

O gráfico 15 demonstra a taxa de escolarização por região e por idade, (4 ou 5 anos, 6 a 14 anos, 15 a 17 anos, 18 a 24 anos) referente aos anos de 2012 e 2013, observa-se que em todas as regiões e em todas as idades analisadas sofreram alterações em suas taxas de 2012 para 2013. Alterações positivas, ou seja a de um ano para o outro houve mais crianças, adolescentes e jovens frequentando as escolas em nosso país.

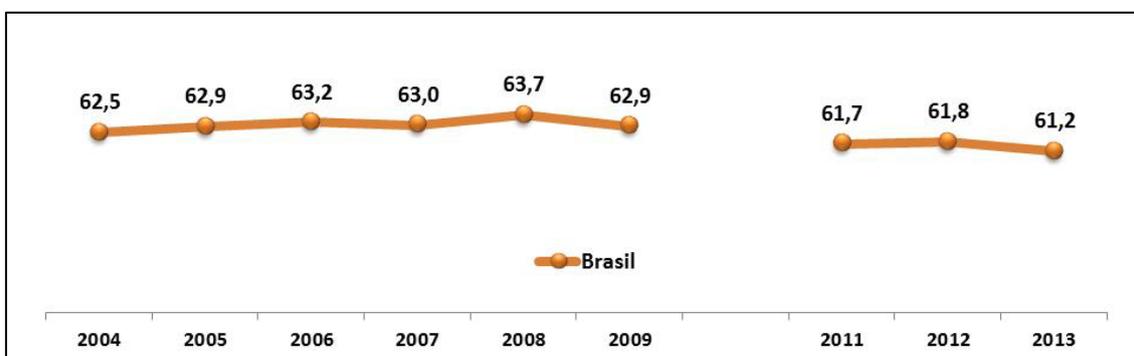
GRAFICO 16- Estudantes de 4 anos ou mais de idade atendidos pela rede pública de ensino (%)



Fonte: (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE)

No gráfico 16 observa-se que estudantes de 4 anos ou mais de idade atendidos pela rede pública de ensino do ano de 2008 a 2013 no Brasil sofreu uma forte queda de 79,2% em 2008 para 76,9% em 2013. Uma das regiões que obteve uma maior queda nessa taxa foi o Nordeste, caindo de 82,6% em 2008 para 78,7% em 2013.

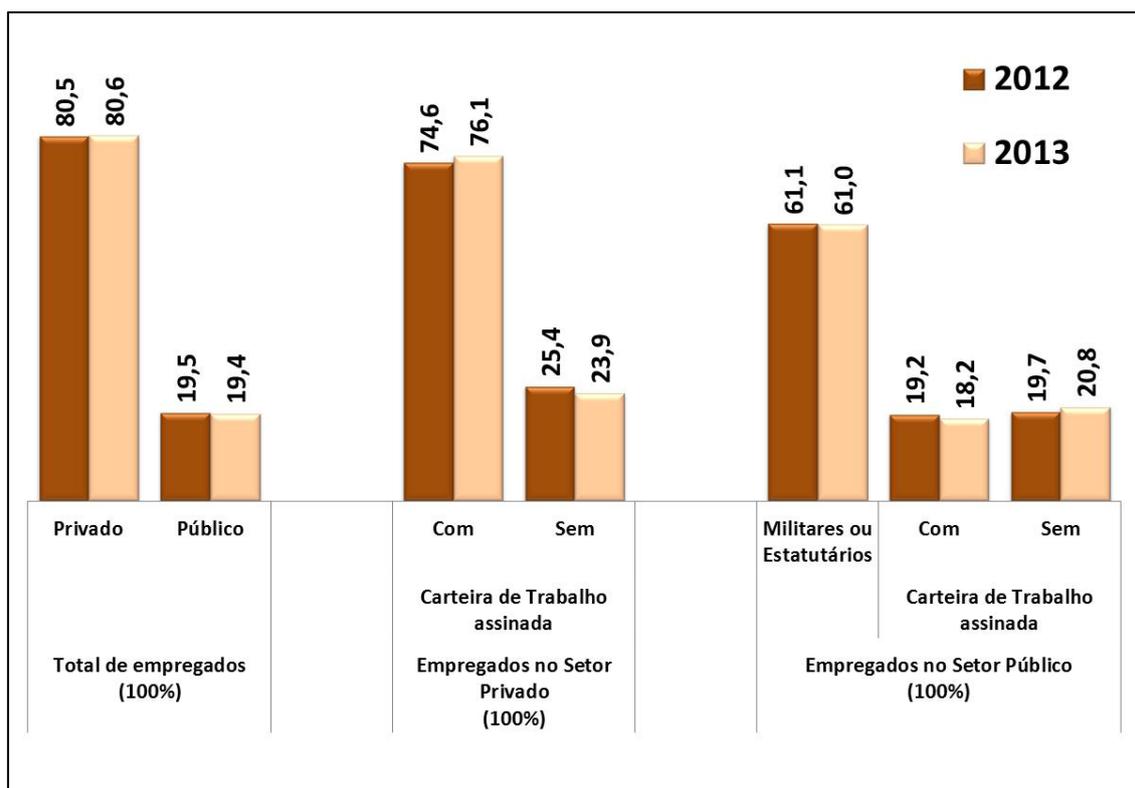
GRAFICO 17- Nível da ocupação (%)



Fonte: (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE)

No gráfico 17 demonstra-se o nível de ocupação no Brasil em porcentagem nos anos de 2004 até 2013, no primeiro ponto de vista podemos notar que a taxa de ocupação sofreu oscilações de 2004 até 2008, depois disso veio em queda constante até 2013.

GRAFICO-18 Distribuição dos empregados, por público e privado e existência de carteira - Brasil (%)



Fonte: (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE)

O gráfico 18 tem por objetivo demonstrar a distribuição de empregados no setor público e privado, e a existência de carteira assinada, no setor privado. Podemos observar que em 2012 empregava-se 80,5% e no setor público 19,5%, em 2013 o setor privado emprega 80,6% e o setor público 19,4%. No setor privado em 2012 74,6% tinham carteira assinada e 25,4% não, em 2013 76,1% tinham carteira assinada e 23,9% não. Já no setor público em 2012 61,1% eram Militares ou Estatutários, tirando o resto da população que trabalha no setor público, 19,2% tinham carteira assinada e 19,7% não. Em 2013 no setor público 61,0% eram Militares ou Estatutários, tirando os mesmo o resto da população que trabalha no setor público 18,2% tinham carteira assinada e 20,8 não.

2.2 PANORAMA DE EVOLUÇÃO DAS CLASSES ECONÔMICAS

TABELA 4

Anual - Média - Renda Per Capita										
População Total										
Categoria	Classe Econômica	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Total	Classe C	466,45	465,51	472,27	477,57	481,46	487,5	491,96	498,17	503,61
	Classe AB	2274,39	2273,39	2276,39	2311,43	2310,26	2330,64	2388,74	2345,94	2315,29

Categoria	Classe Econômica	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Total	Classe E	52,98	53,53	57,39	55,96	53,25	51,23	45,68	43,58	42,16
	Classe D	184,1	182,5	186,07	186,71	185,7	185,31	184,6	186,6	184,98

Fonte(Fundação Getulio Vargas. FGV)

A tabela 1 tem por objetivo demonstrar a média anual da renda per capita da população, dividida em classes econômicas, dos anos de 2003 até 2011, observa-se que de ano para ano elas sofreram algumas oscilações.

TABELA 5

Anual - Média - Renda Per Capita										
Escolaridade										
Categoria	Classe Econômica	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Sem instrução ou menos de 1 ano de estudo	Classe C	388,57	383,14	390,12	403,53	400,56	407,11	410,02	418,61	438,38
	Classe AB	1969,68	1783,67	1657,95	1870,74	1687,44	1804,72	1912,66	1668,14	1514,27
De 1 a 3 anos de estudo	Classe C	396,12	393,71	406,27	408,71	414,66	419,32	423,19	434,02	442,43
	Classe AB	1541,33	1613,21	1448,16	1507,04	1493,69	1498,88	1550,93	1647,13	1437,9
De 4 a 7 anos de estudo	Classe C	411,8	409,56	420,19	426,23	429,49	436,08	441,43	447,52	451,4
	Classe AB	1546,52	1570,22	1597,11	1528,75	1478,18	1527,2	1522,13	1558,63	1476,43
De 8 a 10 anos de estudo	Classe C	442,85	438,25	444,33	452,82	456,5	458,85	461,55	469,47	473,87
	Classe AB	1731,34	1746,6	1780,12	1748,03	1766,4	1747,08	1819,9	1752,66	1709,31
11 anos ou mais de estudo	Classe C	518,86	516,89	518,58	521,05	524,07	530,18	532,96	537,27	541,34
	Classe AB	2379,88	2367,74	2364,58	2414,01	2412,88	2431,77	2484,82	2440,74	2417,29
Anos de estudo não determinados	Classe C	404,95	405,33	412,41	390,9	402,47	400,91	412,58	417,42	400,36
	Classe AB	1550,64	1585,08	1296,58	1430,42	1718,09	1294,19	1866,76	2471,55	1367,95

Anual - Média - Renda Per Capita										
Escolaridade										
Categoria	Classe Econômica	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Sem instrução ou menos de 1 ano de estudo	Classe E	51,25	50,89	54,95	52,01	49,78	50,21	45,41	44,58	39,93
	Classe D	181,42	178,37	182,62	184,03	182,95	183,82	180,89	183,42	183,4
De 1 a 3 anos de estudo	Classe E	58,65	58,71	61,45	60,69	57,67	54,87	51,86	52,39	50,66
	Classe D	181,78	181,17	183,85	185,47	184,17	184,05	183,02	185,31	182,22
De 4 a 7 anos de estudo	Classe E	60,65	60,51	63,43	62,41	60,6	58,86	54,94	53,33	53,41
	Classe D	183,78	181,8	185,44	186,19	185,35	184,81	184,09	185,79	183,87
De 8 a 10 anos de estudo	Classe E	57,46	58,9	62,17	61,5	59,99	58,4	53,12	50,44	50,68
	Classe D	184,49	183,37	186,34	186,74	185,82	185,35	184,76	186,69	185,19
11 anos ou mais de estudo	Classe E	37,47	38,6	44,05	42,71	39,35	37,21	31,69	30,14	28,13
	Classe D	185,37	183,51	187,66	188,05	186,7	186,29	185,66	187,81	186,37
Anos de estudo não determinados	Classe E	59,15	60,46	64,34	57,87	60,1	58,37	59,49	51,96	55,65
	Classe D	180,58	180,37	184,21	179,49	183,44	180,92	180,6	180,92	174,52

Fonte: (Fundação Getulio Vargas FGV)

A tabela 2 tem por objetivo demonstrar a média anual da renda per capita, referente ao nível de escolaridade, dividido em classes econômicas A, B, C e D do ano de 2003 até 2011, observa-se que essas médias anuais da renda per capita sofreram várias oscilações.

TABELA 6

Anual - Média - Renda Individual										
População Total										
Categoria	Classe Econômica	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Total	Classe C	596,21	593,12	599,45	606,85	611,42	618,47	623,57	633,74	639,01
	Classe AB	2659,87	2642,54	2646,82	2660,44	2625,71	2649,07	2716,18	2661,62	2622,07

Categoria	Classe Econômica	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Total	Classe E	86,9	88,38	95,25	93,69	90,22	87,22	77,39	74,54	72,83
	Classe D	272,33	269,5	275,39	279,65	282,46	284,1	281,28	290,34	290,41

Fonte: (Fundação Getulio Vargas FGV)

3. REFORMAS ESTRUTURAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Pela pobreza ser identificada estrutural, ela só pode ser erradicada (acabada), em médio e longo prazo, caso haja reformas estruturais competentes e eficientes para combatê-la.

Portanto, o mais importante é focar, centralizar a preocupação em indentificar tais reformas institucionais, estruturais que precisam ser feitas para melhorar o acesso da população mais pobre às atividades econômicas produtivas e assim incentivar novos investimentos através de políticas fiscais, creditícias, tarifárias, direcionadas a setores considerados estratégicos, para o combate à desigualdade e a pobreza.

Segundo Paul Singer:

A renda líquida da propriedade, isto é , já deduzida a parte institucional acumulada , deve desempenhar um papel importante na concentração da renda que vem ocorrendo no Brasil. Isto se deve não somente á tendência geral do capitalismo de fazer o excedente crescer mais que o produto, mas também a uma série de medidas de política econômica adotadas no Brasil que tendem a acelerar o crescimento deste tipo de renda.(SINGER,1981,p.179)

Um dos principais entraves no país é o sistema tributário nacional que está formulado de uma forma a ampliar a concentração de renda, em vez de contrabalançá-la. Outro problema enfrentado são os fortes setores oligopolizados da economia, estrutura de mercado enrigecida, ou seja poucas empresas em cada ramo da atividade dominam o mercado, com isso o espaço para o desenvolvimento de pequenas e micro empresas fica muito estreito e isso dificulta a entrada da população no ambiente da produção. A tendência e a continuidade do movimento de centralização do capital, tanto financeiro como produtivo, fusões e aquisições tem se multiplicado, aumentando ainda mais o padrão oligopolizado do aparelho produtivo instalado no país.

De acordo com Singer:

A título meramente ilustrativo podem ser citadas a estrutura tributária, na qual predominam os impostos indiretos, as isenções fiscais que favorecem os que recebem rendas elevadas, boa parte das quais são derivadas da propriedade, a liberação dos aluguéis, a fixação dos juros reais em nível elevado, a política salarial diferente, a qual, ao impedir que a remuneração da grande maioria dos assalariados acompanhe o aumento da produtividade, efetivamente acelera o crescimento menos acelerado do excedente global, mas não necessariamente do excedente acumulado. Se uma política salarial diferente fosse possível conciliar uma taxa elevada de acumulação com menos desigualdade no padrão de vida das várias classes. (SINGER, 1981, p. 179)

No Brasil mais da metade da receita pública arrecadada é decorrente de fatores gerados no processo de produção ou circulação dos bens e serviços como ICMS, IPI, ISS e que terminam incorporados aos preços.

Nos países de primeiro mundo a receita pública é obtida, com base em impostos que incidem sobre os resultados do processo produtivo ou sobre o patrimônio que são impostos sobre o patrimônio, sobre os lucros e sobre a renda.

Para que nosso país cresça com igualdade de distribuição de renda, uma das principais alternativas seria o desenvolvimento do comércio internacional, mas primeiramente seria de extrema importância romper com certos paradigmas do Brasil no comércio internacional.

Segundo Braga Filho:

“... devemos considerar que para se inserir no mercado internacional com maior agressividade, é preciso promover exportações, rompendo com as tradicionais vantagens comparativas (abundância de recursos naturais e de mão-de-obra), substituindo-as pelas atuais vantagens competitivas (aumentar a produtividade, melhorar a qualidade dos produtos, qualificar a mão-de-obra, agregar maior valor possível ao(s) produto(s), desenvolver novos produtos e materiais, substituir processos e produtos defasados, entre outros), considerando inclusive outros importantes fatores que dificultam as exportações dos países subdesenvolvidos aos países industrializados do primeiro mundo. (FILHO, 1994a/2002, p.21)

Se conseguíssemos a introdução de nosso país ao comércio internacional seria um grande passo para tentar diminuir a desigualdade e a pobreza no Brasil, pois atendendo o mercado exterior isso irá gerar uma maior demanda por mão de obra, fazendo aumentar os empregos em nosso país. Com esse aumento, aumentaria a renda que promoveria um aumento do próprio mercado de consumo interno, à medida que incluiria mais trabalhadores com renda

para demandarem mais bens de consumo. Por conseguinte, a inclusão da economia em um circuito vicioso em que o aumento do consumo provoca maiores investimentos que por sua vez gera mais empregos e renda.

Para Salama:

Uma redução substancial da pobreza e das desigualdades sociais poderiam também exercer efeitos positivos em termos de expansão do mercado interno. Hoje em dia não se trata de opor, como foi feito com frequência, o crescimento via mercado interno ao crescimento via mercado externo, mas sim de combinar ambos(...) Portanto, o desenvolvimento deve ser impulsionado de dentro e de fora. Dois pólos, interno e externo, que ambos implicam a implementação de uma política estatal ativa, tanto social quanto industrial. O combate à pobreza e às desigualdades sociais não pode, portanto, satisfazer-se com a caridade, seja essa privada ou pública... As desigualdades sociais aprofundam-se, favorecendo a violência nas relações humanas. O combate à pobreza e às desigualdades sociais nos países subdesenvolvidos constitui uma necessidade ética, econômica e social. (SALAMA, 1997, p. 182-183)

A distribuição de renda e a inclusão das pessoas no mundo do consumo, tanto da poupança quanto o da produção não é apenas uma questão de justiça social, mas também de desenvolvimento econômico.

Mais pessoas trabalhando, recebendo salários mais justos, poupando e gastando, isso significa mais lucros para as empresas, maior produção de bens para consumo interno e exportação, mais arrecadação de impostos e maior fluxo financeiro no sistema bancário.

Segundo Caccimali:

Altos índices de desigualdade encontram-se associados a uma pior qualidade de vida, inclusive para os mais ricos. Caracterizam-se como sociedades mais violentas, restritas em suas possibilidades de constituir ambientes com elevada produtividade sistêmica e que apresentam multifacetados e elevados índices de desperdício no uso de recursos, seja na conservação do meio ambiente, na depredação urbana; na qualidade dos bens e serviços produzidos; na instabilidade dos contratos e negócios; nos valores oportunistas. (CACCIMALI, 2002, p. 406:422).

Com uma recuperação do crescimento econômico no Brasil, isso permitiria que as condições de vida das pessoas mais pobres melhorassem muito ou até mesmo que deixassem de ser pobres e indigentes. Já em relação aos mais pobres que se encontram na linha da extrema pobreza aos que chamamos de indigentes poderiam se beneficiar por um amparo excepcional de modo expressivo a alcançar as condições físicas e intelectuais, ou seja ter acesso à saúde e à

educação necessárias para tentar encaixar-se e desfrutar das benfeitorias do tal crescimento do país.

É evidente pensarmos que os efeitos favoráveis do crescimento baseiam-se, na maioria das vezes, em uma confiança praticamente cega nos mecanismos do mercado. Uma economia estável constitui uma condição necessária para a diminuição da pobreza, mas por outro lado, a melhoria das condições de vida dos pobres não depende apenas da retomada do crescimento, pois esta, é constituída de tal crescimento, ou seja é o início.(PIERRE e VALIER, 1997,p.25)

As políticas sociais e estruturais que são planejadas e executadas para tentar diminuir as diferenças sociais regionais em nosso país são de extrema importancia. No Brasil, as regiões norte e nordeste se destacam devido uma grande parte da população serem residentes de zonas rurais, onde dominam as atividades pecuárias e agrícolas.

Essas regiões tem a inserção no processo produtivo muito precaria, pois convivem com grande concetração de terras, dificuldades de acesso aos meios de produção e muitas vezes são expostas a fatores climaticos como a seca que afeta drasticamente essas regiões. Com esses fatores, resultam em baixa produtividade do trabalho dos pequenos produtores que residem nessas regiões, e isso resulta em condições precárias de vida dessas pessoas.

Além de sofrer drasticamente pelo clima seco e árido, também sofrem pela falta de infra-estrutura, ná áreas social, educação, saúde e bem estar. Essas regiões se destacam no Brasil por serem apontadas com os maiores índices de desigualdade e pobreza.

Nesse caso políticas sociais e estruturais bem sucedidas resultariam em uma melhora de forma expressiva nessas regiões ou até mesmo erradicaria a desigualdade e pobreza. Uma dessas políticas sociais ao ponto de tentar levar renda a essas regiões foi o programa Bolsa Familia, o que será abordado mais a frente.

3.1 EDUCAÇÃO: FATOR CHAVE

O fator educação nas últimas décadas passou a ser considerado como um dos principais fatores de desenvolvimento, para se combater a desigualdade social, mas em sua ausência pode ser o principal correlato dessa desigualdade. Estudos já comprovaram que existe uma forte relação entre os fatores educação, desigualdade de renda e pobreza.

De acordo com Soares:

“ A excessiva concentração da renda, bem como da propriedade fundiária, constituem, sem dúvida , fatores fundamentais de degradação da vida social no país: baixo padrão nutricional e crescente favelização da população, incremento da infância abandonada e dos índices de criminalidade. O desemprego o subemprego, o analfabetismo, a pobreza e a miséria atingem anualmente amplas proporções do povo brasileiro”(SOARES,2002,p.69)

As grandes e intensas desigualdades sociais e de rendas do Brasil é explicada através das defasagens relativas na escolaridade da população brasileira. Essa desigualdade se refere muito ao mercado de trabalho, pois se olharmos claramente iremos observar que a desigualdade educacional se traduz em desigualdade salarial.

Para Frigoto:

“ Os homens de classe operaria tem desde cedo a necessidade do trabalho de seus filhos. Essas crianças precisam adquirir desde cedo o conhecimento e, sobretudo o habito e a tradição do trabalho penoso a que se destinam. Não podem, portanto, perder tempo nas escolas. Os filhos das classe erudita, ao contrario, podem dedicar-se a estudar durante muito tempo; tem muitas coisas para aprender para alcançar o que se espera deles no futuro. Esses são fatos que não dependem de qualquer vontade humana; decorrem necessariamente da própria natureza dos homens e da sociedade; ninguém esta em condições de mudá-las” (FRIGOTO,2000,p.34)

A educação é considerada uma das principais armas de um indivíduo em uma sociedade, pois ela é o principal fator de cultura, da moral e ética. Sem condições financeiras, renda ou capital, para se construir um futuro digno, crianças e jovens são automaticamente eliminados do sistema escolar. Um fator que varia muito de acordo com a renda é a qualidade do ensino.

Quanto maior for o poder econômico de um individuo, melhores serão o acesso as escolas, a qualidade do ensino e o aprendizado que ele terá acesso.

A educação no Brasil sofre uma distribuição injusta entre todos, se olharmos pelo lado econômico, onde alguns saem perdendo e outros ganhando pois se olharmos pelo fator renda ela impossibilita a condição de direito ser exercida e aumenta cada vez mais a distância entre o rico e o pobre.

Na realidade, vivemos em uma sociedade injusta, pois uma boa educação e a capacitação na maioria das vezes é medida pela renda que o indivíduo possui. A renda muitas vezes serve de parâmetro para a inclusão do indivíduo no meio educacional, em seguida a entrada no mercado de trabalho.

Segundo relatório de indicadores Sociais 2006:

“ Quanto antes se estimula a criança, mais cedo o seu cérebro adquire habilidades de raciocínio e criatividade, aumentando suas chances de exercitar e desenvolver seus potenciais”(PNAD,IBGE,2006)

A realidade é que a educação em nosso país precisa ser melhor reproduzida, melhorar sua qualidade de ensino nas redes públicas, de uma maneira eficiente. É preciso investir fortemente no ensino fundamental e em seguida no ensino médio e superior, concretizando que precisa-se educar para os tempos modernos.

Para Bacha:

“ A reforma do sistema educacional, voltando-o para o aperfeiçoamento básico e profissional das classes de renda baixa é um componente adicional de uma política redistributiva dinâmica. Paralelamente, a eliminação do credencialismo no mercado de trabalho urbano contribuiria para dar acesso aos grupos com menor educação formal a ocupações com maiores níveis de remuneração. Por credencialismo, entende-se a prática corrente nos setores público e privado, de exigir diplomas de educação formal para a contratação e promoção em inúmeras ocupações, cujo exercício na realidade pressupõe apenas disciplina social e prática funcional. Somente por causa desse costume elitista, que cumpriria a um regime progressista eliminar, é que pessoas com mais anos de escola, geralmente mais ricas, conseguem apropriar-se de funções que de outra maneira estariam abertas a pessoas com menor educação formal, geralmente mais pobres.(BACHA,1978,p.66)

O sistema educacional brasileiro da atualidade precisa se voltar para as necessidades da população.

Enquanto as classes econômicas mais bem sucedidas (ricos) , estão cada vez mais disponíveis a aptos á uma educação de qualidade, oferecidas nas escolas particulares, até o ensino médio e depois com um ensino superior custeado pelo Governo ou Estado; já a classe econômica mais pobre tem por necessidade que substituir o seu direito à educação, por trabalho , como uma forma de aumentar o seu orçamento muitas vezes para ajudar sua família, ou seja, tem que trabalhar ao invés de estudar e muitas vezes em escola pública, onde o ensino é bastante precário e ruim.

Com isso, esses indivíduos chegam ao fim do ensino médio sem capacitação para ingressar em uma faculdade Pública, custeada pelo Governo, restando apenas a alternativa de se engessar em Faculdades Privadas, que não é acessível financeiramente a uma grande parte da população. Ou seja, o Brasil é um país onde os pobres pagam para os ricos estudarem.

“... Socialmente as oportunidades educacionais são aproveitadas de forma desigual, pois seu desfrute por parte das diversas classes e grupos está condicionado pela riqueza, nível de renda e preparação cultural prévios que disponham. Obviamente frequentar escolas supõe tanto sua existência quanto recursos materiais suficientes para garantir condições de saúde e tempo para o estudo... o acesso às posições mais rentáveis estará condicionado, em grande medida, pela situação de classe e renda prévia dos indivíduos e de suas famílias.(TOLIPAN, TINELLI,1995,p.274 e 275).

Para se reduzir a desigualdade salarial, o aumento e o nível de escolaridade de um indivíduo são essenciais porque a educação tem um impacto direto no aumento da eficiência econômica e também na redução da desigualdade social e pobreza.

Não requer enfrentar o problema da desigualdade e pobreza apenas com políticas compensatórias ou apenas estimular a economia ao crescimento, é preciso elaborar e centralizar programas inovadores em capitais social e humano.

O capital humano se define por serem trabalhadores bem qualificados que tem mais habilidades ou seja, possuem mais conhecimento , onde irá contribuir para uma maior produtividade e atender a exigências do mercado de trabalho.

“ Capital humano é o conjunto de conhecimento e informações possuídos por uma pessoa ou instituição e colocado ativamente a serviço da realização de objetivos econômicos”.(XAVIER,1988)

À educação liberta, quem tem educação é menos enganado por populistas e demagogos, a educação converte pessoas em cidadãos, investimentos maiores na educação converteria-se em menores gastos em segurança e educação sem qualidade é apenas um arremedo improdutivo, ou seja um improviso.

O Brasil vive de reformas na educação e realmente teria que ser feito s uma revolução com o intuito de priorizar a educação em nosso país.

A educação é apontada por especialistas como o único mecanismo de salvação de uma nação e muitos se perguntam: por que isso não se resolve no Brasil?

Não é somente pela falta de dinheiro que a educação em nosso país e problemática, mas por falta de prioridades, pois o Brasil é um dos países com a maior carga tributária do mundo.

Para Pillet,

“(...) a educação tem uma semântica orientada às relações humanas, na formação do cidadão estabelecendo os principais sociais do processo civilizatório e á vida democrática, tais como a solidariedade, a cooperação, a justiça, a igualdade, o direito a dignidade, o respeito á alteridade e á pluralidade. Essas relações devem ser desenvolvidas, em escala crescente, primeiro na família, menos célula social, depois na escola, depois na graduação e finalmente, no mestrado e doutorado”(Pillet,2000)

3.2 GOVERNO LULA

No ano de 2003 assumia a presidência da república do Brasil o senhor Luiz Inácio Lula da Silva, mais conhecido como Lula.

Lula tinha em sua agenda social os planos e elaborações da inclusão social, da redução das desigualdades e da distribuição de renda. Dando continuidade e ao mesmo tempo aperfeiçoando alguns programas e ações criados em governos passados. Mas também se baseando em criar novos programas sociais e políticas públicas, com o intuito de tentar erradicar tanto a desigualdade social quanto a má distribuição de renda e pobreza existentes no país. Lula acredita ter feito o maior bem para o maior número possível de brasileiros.

QUADRO 1- Agenda social do governo federal

Eixos	Iniciativas
1 Redução das desigualdades	Ampliação dos benefícios do PBF Geração de oportunidades as famílias pobres Ampliação dos serviços socioassistenciais Superação da pobreza rural- Territórios da cidadania
2 Saúde	Ampliação das políticas de saúde
3 Educação	Maior qualidade da educação
4 Cultura	Ampliação das políticas de cultura
5 Juventude	Integração dos programas de juventude
6 Direitos da Cidadania	Mulheres Quilombolas Povos indígenas Criança e adolescente Pessoas com deficiência Documentação civil básica Povos e comunidades tradicionais
7 Segurança	Segurança pública com cidadania

(Fonte: IPEA, 2009, p. 525)

O primeiro eixo da Agenda Social tem como objetivo principal ampliar o escopo e a magnitude de atuação do governo federal no combate às desigualdades. Para tanto, definiram-se como frentes a ampliação dos benefícios do PBF, a geração de oportunidades às famílias pobres, a ampliação dos serviços socioassistenciais e a superação da pobreza rural por meio da execução dos Territórios da Cidadania. (IPEA,2009,p.539)

O quadro 1 tem por objetivo demonstrar a agenda social do governo federal, mas esse quadro entrou em vigor a partir do ano de 2007, quando a maioria dessas ações priorizadas na agenda social já estavam implementadas no primeiro mandato do governo Lula. O quadro apresenta sete eixos e iniciativas que integram a Agenda Social:

No âmbito dos programas sociais e de transferência de renda , algumas ações tiveram destaque pelo seu alcance ou caráter inovador. É o caso, por exemplo, da política de recuperação do salário mínimo, do programa Bolsa Família, do Pro jovem e do Programa Territorios da cidadania. Cada uma dessas iniciativas cumpriu um papel específico no atendimento a diferentes seguimentos populacionais.(MERCADANTE,2010,p.243)

Ainda de acordo com Mercadante (2010) esses principais programas sociais e de transferência de renda criados no governo Lula tiveram, em um primeiro impacto um destaque muito grande pelo seu caráter inovador e foram com esses principais programas em um conjunto, mais outras políticas públicas na área da educação, saúde e previdência, habitação e saneamento básico presentes na agenda social do governo, que carimbaram a marca social do governo Lula.

Durante o governo Lula , prevaleceu a determinação de promover uma política de recuperação do valor real do salario minimo . Nos três primeiros anos o caminho adotado foi o da reposição da inflação do periodo anterior juntamente com um percentual de aumento real com base em indices que eram definidas de acordo com a avaliação do seu provavel impacto no gasto publico e na atividade econômica do pais (MARCADANTE,2010,p.244)

Em seu governo, Lula elaborou e determinou a promoção de uma política que tinha por objetivo recuperar o valor real do salário mínimo no Brasil , política que tinha que reajustar o salário mínimo referente a taxa de inflação sofrida no ano anterior, com o intuito de repor o poder de compra da população, perdido devido à inflação sofrida.

Em consequência dessa política no governo Lula o salário mínimo teve reajuste nominal de 155% . No acumulado desde maio de 2003 , os ganhos reais chegaram a 53,67% conforme a tabela abaixo (MERCADANTE,2010,p.245)

TABELA 7- Reajuste do salário mínimo - 2003/2010

Período	Salário mínimo R\$	Reajuste nominal %	INPC %	Aumento real %
Abril de 2002	200,00	-	-	-
Abril de 2003	240,00	20,00	18,54	1,23
Mai de 2004	260,00	8,33	7,06	1,19
Mai de 2005	300,00	15,38	6,61	8,23
Abril de 2006	350,00	16,67	3,21	13,04
Abril de 2007	380,00	8,57	3,30	5,10
Março de 2008	415,00	9,21	4,98	4,03
Fevereiro de 2009	465,00	12,05	5,92	5,79
Janeiro de 2010	510,00	9,68	3,45	6,02
Total período	-	155,00	65,93	53,67

Fonte: (MERCADANTE,2010,p.245)

Com a política de recuperação real do salário mínimo implantada e em vigor no governo Lula, elevou-se o poder de compra da população diferentemente de governos passados em que a aquisição de produtos básicos comprometia mais da metade da renda de um trabalhador.

E mesmo com essa política de recuperação progressiva e sustentada do salário mínimo não afetou a estabilidade econômica, como previa alguns pessimistas na época. Ela simplesmente foi combatível com o controle da inflação e o equilíbrio dos gastos do governo e contribuiu no processo de distribuição da renda.

No início do governo Lula, o salário mínimo comprava 1,4 cesta básica. Com o reajuste de janeiro de 2010, seu poder aquisitivo elevou-se para 2,2 cestas básicas. Considerando-se a série histórica, o valor de R\$510, fixado em 1º de janeiro de 2010 representa o maior valor real do salário mínimo pelas médias anuais desde 1986, ano do Plano Cruzado. (MERCADANTE,2010,p.246)

Foi no terreno social, entretanto, que o governo Lula mais se destacou, pois se apresentou com um grande diferencial em relação a todos os governos anteriores.

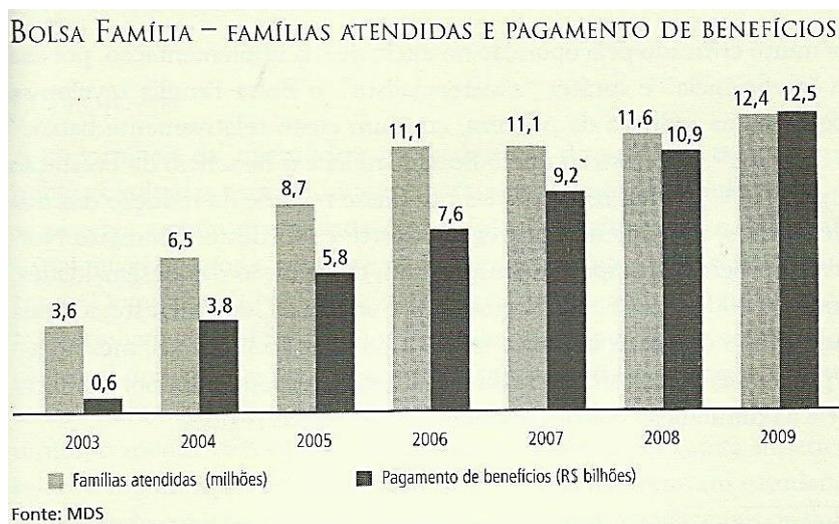
A realização símbolo de seu governo é o Bolsa Família, uma reunião de diversos programas iniciados no governo anterior, depois que o Fome Zero fracassou, programa esse que atende mais de um quarto da população brasileira, segundo dados oficiais.

Criado em 2003, no âmbito do Fome Zero, o Programa Bolsa Família é considerado uma das iniciativas mais exitosas de combate às situações de pobreza. Ele comporta três eixos de atuação: a transferência direta de renda para promover a melhoria imediata das condições de vida das famílias, o acesso efetivo das famílias aos serviços básicos de educação, saúde e assistência social; e a integração com outras ações e programas de governo e da sociedade civil voltados ao desenvolvimento de alternativas de ocupação, geração de renda e elevação do bem-estar das famílias pobres (MERCADANTE,2010,p.247)

Como mencionado por Mercadante (2010) o programa Bolsa Família é de extrema importância pois combateu diretamente a pobreza, levando renda e promovendo melhorias nas condições de vida das pessoas mais pobres, ocasionando o acesso aos serviços básicos.

Quando foi lançado o programa Bolsa Família, o Ministério do Desenvolvimento Social estimavam um público potencial de 11,1 milhões de famílias. No período de 2003 a 2009, como mostra o quadro abaixo, o número de famílias atendidas passou de 3,6 milhões para 12,4 milhões de famílias, distribuídas por todo o território nacional. Nesse mesmo período, o pagamento de benefícios passou de R\$ 600 milhões para R\$ 12,5 bilhões. E, até o final de 2010, o programa deverá passar a atender 12,9 milhões de famílias. (MERCADANTE,2010,p.249)

Figura 6

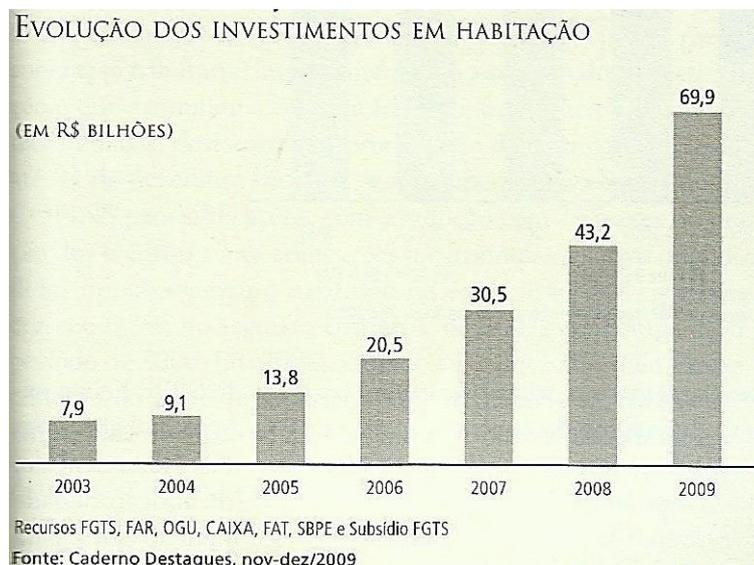


(MERCADANTE,2010,p.249)

Anunciado em março de 2009, o programa Minha Casa, Minha Vida deu novo fôlego à construção de habitações populares. Ele prevê a construção de 1 milhão de casa populares até 2011, 80% delas para famílias com renda de até seis salários mínimos e o restante para famílias com renda até 10 salários mínimos. Responsável por investimentos da ordem de R\$ 34 bilhões, sob a forma de subsídios, o programa está mobilizando o maior volume de recursos em todos os tempos destinado à habitação popular na faixa de renda de até 3 salários mínimos. Nessa faixa de renda, o preço fechado para a construção de moradia é de R\$ 42 mil, cabendo ao proprietário o pagamento de R\$ 6 mil (MERCADANTE,2010,p.260).

De acordo com Mercadante (2010) , em 2009 foi criado um programa habitacional chamado de Minha Casa Minha Vida, programa voltado para construção de habitações populares, o programa foi voltado a atender a população com menor poder aquisitivo.

FIGURA 7



(MERCADANTE,2010,p.263)

Na figura acima pode-se ver a evolução dos investimentos em habitação de 2003 a 2009, observa-se que desde 2003 os investimentos vinham em um forte aumento, mas de 2008 a 2009 foi onde sofreu um maior aumento saindo de 43,2 para 69,9.

Desde 2003, o ministério da saúde tem realizado um esforço considerável para equacionar esse extenso rol de problemas por meio de diversas iniciativas, como a expansão e regionalização da rede de serviço, o aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e a redução da dependência de medicamentos, equipamentos e outros insumos importados que oneram a saúde pública. Também houve a preocupação em manter e ampliar ações que foram inauguradas em governos anteriores, como o Programa Saúde da Família e o Sistema Nacional de Transplantes. E novos programas foram criados pelo Lula, como o Sistema de Atendimento à Médico de Urgência (SAMU). As Unidades de Pronto Atendimento à Saúde (UPAS) e os programas Farmácia Popular e Brasil Sorridente. Pela sua amplitude, relevância ou inovação, esse conjunto de iniciativas imprimiu a marca da política de saúde do governo Lula (MERCADANTE,2010,p.303.)

Segundo Mercadante (2010) na área da saúde o governo Lula se preocupou em manter e ampliar ações que foram inauguradas em governos anteriores, mas também criou outros programas como o Sistema de Atendimento à Médico de Urgência (SAMU), as Unidades de Pronto Atendimento à Saúde (UPAS) e os programas Farmácia Popular e Brasil Sorridente, programas com o intuito de melhorar o serviço de saúde de nosso país.

Considerando nosso país dividido em cinco classes econômicas (A, B, C, D e E sendo “A” a mais elevada), foi em seu governo que surgiu a tão falada nova classe média (classe C) onde milhares de brasileiros ingressaram tornando-se o maior grupo social de nosso país, representado por mais de cinquenta por cento da população brasileira.

Isso atribuiu ao acesso e democratização ao crédito, ao aumento da massa salarial das classes mais baixas, à política pública como crédito consignado, abriu portas e popularizou o acesso aos bens tanto de consumo e de lazer sendo uma forma de amenizar e combater a desigualdade social.

Em nenhum outro terreno das políticas públicas, o governo Lula pode comemorar tanto sucesso quanto no plano social, mesmo que as considerações sobre a extensão e sustentabilidade a prazo sejam de longo rigor. A base de seu governo foi a economia, que apresentou uma combinação da continuidade de políticas herdadas do governo anterior, mas foi o benefício do ambiente internacional de 2003 a 2008 que favoreceu ao crescimento brasileiro, pois nunca antes na história, a economia mundial cresceu tanto com tamanha valorização das commodities exportadas pelo Brasil.

CONCLUSÃO

O trabalho apresentado não teve por prioridade desenvolver simetricamente a estrutura da desigualdade social e da pobreza no Brasil, nem a articulação de sugestões estratégicas para o combate a desigualdade social e à pobreza.

Verificou-se que a desigualdade social, que muitas vezes também é chamada de desigualdade econômica, é um problema presente em quase todos os países do mundo decorrente da falta de investimentos, principalmente na área social.

Através da pesquisa bibliográfica que foi realizada sobre a evolução da pobreza e a desigualdade no Brasil, espera-se que sirva de alerta em relação ao assunto apresentado, servindo como subsídio para questionamentos futuros, à procura de soluções.

Notou-se que a pobreza e má distribuição da renda são problemas estruturais da sociedade brasileira, marcada por um processo de exploração desde o período colonial, resultando que o Brasil viesse a ser um dos países mais desiguais, possuindo uma grande parte da população pobre da América Latina.

Constatou-se que o Brasil não pode ser considerado um país pobre, até mesmo porque estudos demonstraram que o problema da pobreza no Brasil pode ser explicado por meio da má distribuição dos recursos existentes e não pela escassez dos mesmos, tornando-se um país injusto.

Portanto, os índices sociais e econômicos analisados na última década de 2000 a 2010 demonstraram que houve melhoras expressivas nas desigualdades de renda e pobreza, contudo há muito ainda a se fazer.

Em relação a um futuro melhor, é necessário que políticas públicas sejam voltadas à educação, fator esse que foi considerado como único meio de conscientização de uma nação. Isso não é resolvido no Brasil somente pela falta de dinheiro, visto que a educação é problemática no país por falta de prioridade.

A educação liberta, portanto quem tem educação é menos enganado por demagogos e populistas, posto que o processo educacional transforma pessoas em cidadãos e a educação sem qualidade é só um arremedo improdutivo.

O Brasil vive de reformas na educação, todavia não há continuidade nos processos educativos com o intuito de priorizar a educação no país e atender as prioridades.

Presencia-se a redução da desigualdade e pobreza no Brasil através de uma análise de dados, tabelas e gráficos, em que se constatou que no período de 2000 a 2013, pelo índice de Gini do Brasil, que o número de pessoas extremamente pobres teve uma redução de forma expressiva. Redução essa que tem ligações com as políticas públicas e os planos sociais elaborados e implementados no governo Lula, embora já houvesse raízes no governo FHC.

Esses índices, por outro lado, não são motivos de comemoração, pois ainda há milhares de famílias que vivem abaixo da linha da extrema pobreza; crianças e jovens são encontrados fora da escola, o desemprego e a informalidade de trabalho ainda são expressivos, e as condições de vida e oportunidades de desenvolvimento humano são precárias.

Enfim, apesar de vencidos alguns índices como a mortalidade infantil, a sociedade se vê diante da criminalidade e violência, conforme a grande taxa de homicídios entre os jovens. E em relação a um futuro melhor, pode-se observar que as políticas públicas precisam ser voltadas para a educação, fator esse que foi considerado a única solução para uma nação, e isso depende de todos os segmentos da sociedade, em especial daqueles que possuem uma formação privilegiada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACHA, Edmar Lisboa. Política econômica e distribuição de renda . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978 (Coleção Estudos Brasileiros: v.26).

BARROS, R.P; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.15, fev,2000.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Distribuição de renda no Brasil: Persistência do elevado grau de desigualdade, 2002. Disponível em: <http://www> Publicado no livro Pinho, D. & Vasconcellos, M.A.S., *Manual de Economia*, São Paulo: Ed. Saraiva, 2002.

FILHO, Hélio Braga. Doutorado – Distribuição da renda entre salários e lucros na indústria de calçados de Franca de 1994 a 2002.

FRIGOTO, Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real. 4ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André; CASTRO, Lavinia, Barros; HERMANN, Jennifer, organizadores. Economia Brasileira Contemporânea 1945- 2010. 2 edição. Ed. Elsevier. Rio de Janeiro, 2011.

GIAMBIAGI, Fábio; ANA, Além Cláudia. Finanças Públicas: teoria e prática no Brasil. 3 edição. Rio de Janeiro, 2008.

GONÇALVES, Reinaldo. Desenvolvimento às avessas; verdade, má fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento. Rio de Janeiro, LTC, 2013.

HOFFMANN, R. Distribuição de renda: medida de desigualdade e pobreza. Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

HOFFMANN, R. Estatística Para Economistas. 4ª. ed. São Paulo Capítulo 17, 2006.

IPEA. Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada Brasileira: 3v: gráfs,tabs-(Brasil: o estado de uma nação), 2009.

- KAGEYAMA, A; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. *Economia e Sociedade*, Campinas, v.15, n. 1jan./jun,2006.
- MARINHO, E; SOARES, F. Impacto do crescimento econômico e da concentração de renda sobre a redução da pobreza nos estados brasileiros. In: Encontro Nacional de Economia, 31, Porto Seguro, Bahia, 2003.
- MARIÓ, Estanislão, Gacitúa; WOOLCOCK, Michael. Exclusão Social e Mobilidade no Brasil. Organizadores.- Brasília: Ipea: Banco Mundial, 2005.
- MERCADANTE, Aloizio. Brasil, a construção retomada. Ed. Terceiro Nome. São Paulo, 2010.
- NERI, Marcelo. A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide. Ed. Saraiva. São Paulo, 2011.
- PASTORE, José. Desigualdade e Mobilidade social no Brasil. ed da Universidade de São Paulo,1979.
- PIERRE, Salama, VALIER, Jacques. Pobreza e desigualdade no terceiro mundo. São Paulo. Nobel,1997.
- PILLET, N. História da educação. São Paulo: Àtica, 2000.
- PNAD, IBGE 2006- Indicadores Sociais- Educação
- SALAMA, Pierre. Pobreza e desigualdades no terceiro mundo, tradução de Catherine M. Mathiem. São Paulo: Nobel, 1997.p.182-183 Apud Doutorado Hélio Braga Filho.
- SINGER, Paul. Dominação e desigualdade: estrutura de classes e repartição da renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- SOARES, Alcides Ribeiro. Política Econômica e Concentração de Renda. 3ª .ed. São Paulo: Clíper, 2002.
- TOLIPAN, Ricardo; TINELLI, Arthur Carlos (org). A controvérsia sobre a distribuição de renda e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1975
- VELLOSO, João Paulo dos Reis; ALBUQUERQUE, Cavalcanti. Org. Modernidade e Pobreza. São Paulo: Nobel, 1994.
- XAVIER, Ricardo A. P. Capital intelectual, ed.sts, 1998.

REFERENCIAL ELETRÔNICO

<http://www.alunosonline.com.br/sociologia/desigualdade-social.html>> acesso em :10 jun.2015 Rodolfo.F.Alvez.Pena, Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (2014), na linha de pesquisa "Território, Cultura e Representação". Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás (2011). Pesquisador do Centro Interdisciplinar de Estudos África-Américas (CieAA-UEG) e do Núcleo Paranaense de Pesquisa em Religião (NUPPER-UFPR).

<http://www.brasilecola.com/sociologia/classes-sociais.htm>,> acesso em :10 jun2015 Camargo.Orson, Colaborador Brasil Escola, Graduado em Sociologia e Política pela Escola, de Sociologia e Política de, São.Paulo–FESPSP Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/641/7990>.>acesso em : 18 jun. 2015.

<http://www.cps.fgv.br/cps/brics/>> acesso em: 14 jul. 2015.

Hoffmann Rodolfo. Desigualdade e pobreza no Brasil no período 1979-1990> acesso em :09 jul. 2015.

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa>>acesso em : 18 jul. 2015

http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/Entendendo_Indice_GINI.pdf> acesso em : 09 jul .2015.

<http://www.ipeadata.gov.br/>> cesso em: 09 jul. 2015.

Neri Marcelo. Curva de Lorenz <http://www.fgv.br/cps>> acesso em: 06 jul. 2015

<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/pnad-e-publicada-com-erro-grave-diz-ibge>> acesso em :09 jul. 2015.

<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/pnad-aponta-que-ha-tres-anos-o-pais-nao-consegue-reduzir-a-desigualdade>> acesso em : 09 jul. 2015

HAMASAKI, C. S. Programas de Garantia de Renda Mínima no Brasil: análise do impacto das transferências de renda sobre a pobreza. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Economia, Departamento de Economia, Universidade

Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em :
<http://www.liber.ufpe.br/teses/arquivo-20040824150823.pdf>>. Acesso em 9 jul.201

